Enjoei S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263N3-017-PB

Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	20
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	25
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	33
Relatório do Comitê de Auditoria	82
Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	85
Declaração dos Diretores sobre o relatório do auditor independente	86

enjoei

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2025

DESTAQUES 4T25 E 2025

- **GMV consolidado** de **R$ 394,1 milhões** no 4T25 e de **R$ 1,6 bilhão** no acumulado de 2025;
- **Take rate consolidado** de **24,6%** no trimestre, **alta de 1,4 p.p.** frente ao quarto trimestre de 2024. No ano, o indicador atingiu **24,9%**, **evolução de 0,5 p.p. versus 2024**;
- **Net take rate consolidado** de **18,3% em 2025**, **aumento de 0,2 p.p.** na comparação com o ano de 2024. O mesmo valor foi registrado no trimestre, com alta de **0,5 p.p.** na comparação com o 4T24;
- **A receita líquida consolidada** atingiu **R$ 64,6 milhões** no **trimestre** e **R$ 264,0 milhões** no acumulado de **2025**;
- **Redução** das **despesas publicitárias** em **15,1%** na comparação com 2024, com melhora no percentual de receita líquida de 3,2 p.p. na mesma comparação;
- O **Lucro Bruto consolidado** totalizou **R$ 35,7 milhões** no 4T25 e **R$ 147,1 milhões** no acumulado do ano, preservando a **margem bruta anual** em **56%**.
- A cada item transacionado, foi gerado uma receita líquida consolidada de R$ 30,41 e um lucro bruto consolidado de R$ 16,79, **alta de 8,5% e 7,0%,** respectivamente, na comparação com o 4T24;
- **EBITDA ajustado recorde** de **R$ 15,4 milhões** no **ano de 2025,** representando **alta de 3,0%** frente ao ano de 2024. No trimestre, o indicador se manteve em **R$ 4,4 milhões** na comparação com o quarto trimestre de 2025;
- **Posição de liquidez robusta** de **R$ 210,4 milhões** ao final de 2025, com **geração de caixa no ano de R$ 11,6 milhões**.
- **Receita líquida** da **plataforma Enjoei** de **R$ 48,3 milhões** no 4T25, **crescimento de 12,2%** em relação ao 4T24;
- **Lucro bruto** da **plataforma Enjoei** de **R$ 26,5 milhões no trimestre**, **alta de 17,4%** versus o 4T24, com expansão da margem bruta de 2,4 p.p., atingindo **54,8%** no trimestre;
- **Receita líquida** da **plataforma Elo7** de **R$ 15,1 milhões** no 4T25, **redução de 39,5%** frente ao 4T24;
- **Lucro bruto** da **plataforma Elo7** de **R$ 8,9 milhões** no trimestre, diminuição de 42,6% versus o 4T24. Na **margem bruta**, a redução foi de 3,2 p.p., totalizando **59,1%**.

DESTAQUES 4T25 E 2025

R$ milhares	4T25	4T24	AH (%)	3T25	AH (%)	2025	2024	AH (%)
receita líquida	64.554	68.138	-5,3%	70.075	-7,9%	263.964	265.221	-0,5%
lucro bruto	35.652	38.154	-6,6%	39.507	-9,8%	147.078	148.553	-1,0%
margem bruta	55,2%	56,0%	-0,8 p.p.	56,4%	-1,1 p.p.	55,7%	56,0%	-0,3 p.p.
EBITDA ajustado	4.358	4.443	-1,9%	5.929	-26,5%	15.447	14.997	3,0%
GMV	394.141	427.961	-7,9%	411.109	-4,1%	1.616.964	1.639.391	-1,4%
gross billings	96.849	99.303	-2,5%	104.299	-7,1%	402.707	399.459	0,8%
take rate (% gross billings/GMV)	24,6%	23,2%	1,4 p.p.	25,4%	-0,8 p.p.	24,9%	24,4%	0,5 p.p.
net take rate (% receita bruta/GMV)	18,3%	17,8%	0,5 p.p.	19,1%	-0,8 p.p.	18,3%	18,1%	0,2 p.p.
itens transacionados (milhares)	2.123	2.431	-12,7%	2.250	-5,7%	9.062	9.648	-6,1%
receita líquida/ item transacionado	30,4	28,0	8,5%	31,1	-2,4%	29,1	27,5	6,0%
lucro bruto/ item transacionado	16,8	15,7	7,0%	17,6	-4,4%	16,2	15,4	5,4%

Mensagem da Administração

Encerramos o ano de 2025 com **uma importante rentabilização da operação**, nossa principal meta estratégica para o período. Foi um ano de escolhas rigorosas, onde priorizamos margens e eficiência operacional em detrimento de um crescimento subsidiado. Hoje, o enjoei é uma companhia preparada para gerar caixa de forma sustentável.

O exercício de 2025 consolidou o Enjoei como uma operação estruturalmente geradora de caixa, totalizando **R$ 23,2 milhões em geração operacional no ano**. Embora o fluxo de caixa do trimestre reflita um consumo pontual de capital de giro para financiar a expansão da nossa solução de pagamentos, a operação das plataformas está saudável e gerando caixa. Além disso, **pela primeira vez atingimos o equilíbrio no lucro líquido**, com R$ 0,5 milhão no trimestre. Ainda que seja prematuro assumir este número como uma entrada definitiva numa fase de lucros trimestrais, é inegável se tratar de mais um marco da disciplina que permeia toda a nossa estrutura de custos e alocação de capital.

A **plataforma Enjoei** segue como o **principal motor de tração do Grupo**, mantendo uma tendência de **crescimento eficiente** e registrando **maior conversão de GMV em receita bruta**. Para o Elo7, 2025 foi um ano de ajustes estruturais para retomada, e contou com o lançamento de uma nova identidade visual para reforçar a conexão com a comunidade criativa. Nas lojas físicas, fechamos o ano com sete lojas nas cidades de São Paulo, Goiânia, Rio de Janeiro e São José do Rio Preto. Adicionalmente, em fevereiro e março de 2026, fortalecemos nossa presença regional no estado de São Paulo através das inaugurações das unidades de Santos e Sorocaba.

Performance financeira

O **4T25** consolidou nossa trajetória de eficiência, priorizando a rentabilidade em detrimento de volumes subsidiados. Alcançamos um lucro bruto de R$ 16,79 por item (**+7,0% YoY**), impulsionado pela expansão do *Net Take Rate* para **18,3%**. Embora essa seletividade tenha resultado em um GMV de **R$ 394,1 milhões** no trimestre (-7,9% YoY), a estratégia garantiu um **EBITDA ajustado recorde de R$ 15,4 milhões no ano** e a melhora de 198,9% (R$4,1 milhões) no resultado financeiro líquido da controladora, reflexo da maturidade da nossa subadquirente própria.

O desempenho da plataforma Enjoei continua comandando nosso crescimento, com uma receita líquida de **R$ 48,3 milhões (+12,2% YoY)**, provando sua capacidade de crescer com rentabilidade superior. A controladora atingiu um **EBITDA ajustado de R$ 6,5 milhões no trimestre**, com uma **expressiva expansão de margem de 10,3 p.p.** YoY, fruto de otimização logística e maior extração de valor da nossa base ativa.

Mantemos uma visão realista sobre as frentes em maturação. No **Elo7**, 2025 foi um ano de ajustes estruturais para **reduzir a dependência de mídia paga** em um mercado de marketplaces cada vez mais competitivo e com custos de publicidade mais elevados. Já em nosso **canal físico**, as oito lojas fixas em operação – incluindo as novas unidades de Santos e Sorocaba, inauguradas em 2026 – tem fornecido dados importantes para a **evolução do modelo operacional** e alavancagem do diferencial competitivo de ser um parceiro enjoei.

Mensagem da Administração

Alocação de Capital

A conclusão da venda de 25% da Cresci e Perdi por R$ 36,2 milhões reforçou nossa posição de liquidez. Contudo, com uma estrutura de capital superior às necessidades de médio prazo, **propusemos uma restituição de capital de R$ 40 milhões** aos acionistas para abril de 2026 (que depende de aprovação em AGE), reafirmando nosso compromisso com a otimização do capital investido em nossa Companhia.

Entendemos que a sólida posição de caixa da Companhia será estratégica para a maturação da solução de pagamentos do Enjoei, financiando o capital de giro empregado com retornos satisfatórios ao acionista. Além disso, continuaremos seletivos em relação aos investimentos com o desenvolvimento e expansão do negócio, permitindo uma alocação cada vez mais eficiente e responsável desses recursos.

Próximos passos

Nossa estratégia para 2026 foca em potencializar o crescimento da plataforma Enjoei, mantendo a disciplina de capital nas frentes em maturação. No Enjoei, buscaremos a expansão do inventário através de tecnologia e incentivos.

Acabamos de lançar o **"Upload Mágico"**, utilizando IA generativa para automatizar o processo de anúncio, reduzindo o tempo de publicação de um produto pelo vendedor em mais de 30%. Esta iniciativa ataca diretamente a principal fricção da jornada de venda, estimulando uma expansão acelerada do nosso inventário e, consequentemente, injetando mais liquidez na plataforma. Em paralelo, estamos introduzindo um plano de **comissionamento zero**, limitado a alguns anúncios por ano, mas capaz de atrair vendedores de categorias premium e também aqueles mais ocasionais, elevando o ticket médio da plataforma, promovendo categorias menos desenvolvidas e impulsionando o inventário.

No Elo7, o foco será a **sustentabilidade operacional**, ajustando a jornada do cliente para uma experiência mais orgânica em artigos criativos e customizáveis, com menor dependência de mídia paga. Já no canal físico, reconsideramos a expansão acelerada para focar na performance das **doze unidades contratadas** (nove abertas, duas em implantação e uma em busca de ponto) e na consolidação e escalabilidade do modelo de franquias antes de novos ciclos de crescimento.

Nossa execução em 2026 será pautada pela diversificação do inventário e disciplina na alocação de capital, consolidando o Enjoei como um ecossistema mais resiliente, escalável e comprometido com a geração de valor ao acionista.

Desempenho Econômico e Financeiro

Demonstrações de Resultados Consolidado – Comparação entre 2025 e 2024

R$ Mil	2025	AV	2024	AV	AH (%)	AH (abs)
Receita bruta	295.836	112,1%	297.035	112,0%	-0,4%	(1.199)
Deduções da receita (impostos sobre receitas)	(31.872)	-12,1%	(31.814)	-12,0%	0,2%	(58)
Receita líquida	263.964	100,0%	265.221	100,0%	-0,5%	(1.257)
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(116.886)	-44,3%	(116.668)	-44,0%	0,2%	(218)
Lucro bruto	147.078	55,7%	148.553	56,0%	-1,0%	(1.475)
Margem Bruta	55,7%		56,0%		-0,3 p.p.	
Despesas publicitárias	(48.287)	-18,3%	(56.890)	-21,5%	-15,1%	8.603
Gerais e administrativas	(88.686)	-33,6%	(93.739)	-35,3%	-5,4%	5.053
Depreciação e amortização	(39.553)	-15,0%	(36.089)	-13,6%	9,6%	(3.464)
Equivalência Patrimonial	3.895	1,5%	7.144	2,7%	-45,5%	(3.249)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(3.565)	-1,4%	(3.537)	-1,3%	0,8%	(28)
Despesas (receitas) operacionais	(176.196)	-66,8%	(183.111)	-69,0%	-3,8%	6.915
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(29.118)	-11,0%	(34.558)	-13,0%	-15,7%	5.440
Receita financeira	26.825	10,2%	23.584	8,9%	13,7%	3.241
Despesa financeira	(14.481)	-5,5%	(14.336)	-5,4%	1,0%	(145)
Resultado financeiro líquido	12.344	4,7%	9.248	3,5%	33,5%	3.096
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(16.774)	-6,4%	(25.310)	-9,5%	-33,7%	8.536
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.238)	-0,5%	(12)	0,0%	10.216,7%	(1.226)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.224	0,5%	1.387	0,5%	-11,8%	(163)
Prejuízo do exercício	(16.788)	-6,4%	(23.935)	-9,0%	-29,9%	7.147
Reconciliação do EBITDA Contábil Instrução CVM 156						
Prejuízo do exercício	(16.788)	-6,4%	(23.935)	-9,0%	-29,9%	7.147
Imposto de renda e da contribuição social	14	0,0%	(1.375)	-0,5%	n/a	1.389
Resultado financeiro líquido	(12.344)	-4,7%	(9.248)	-3,5%	33,5%	(3.096)
Depreciação e amortização	39.553	15,0%	36.089	13,6%	9,6%	3.464
EBITDA	10.435	4,0%	1.531	0,6%	581,6%	8.904
Plano de remuneração em opções de ações (SOP)	703	0,3%	3.287	1,2%	-78,6%	(2.584)
Receitas/despesas não recorrentes	4.309	1,6%	10.179	3,8%	-57,7%	(5.870)
EBITDA AJUSTADO	**15.447**	**5,9%**	**14.997**	**5,7%**	**3,0%**	**450**

Desempenho Econômico e Financeiro Consolidado

Receita Líquida

No ano de 2025, a receita líquida consolidada somou R$ 264,0 milhões, representando redução de 0,5% em relação ao ano anterior. Este leve decréscimo reflete a combinação entre a execução bem-sucedida da estratégia da plataforma Enjoei — focada na otimização de recursos e extração de valor da base — e um ano de ajustes estruturais e retomada para o Elo7, que priorizou o lançamento de sua nova identidade visual para reforçar a conexão com a comunidade criativa.

Custos dos Serviços Prestados e dos Produtos Vendidos

Os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos no ano foram em linha com o registrado em 2024, totalizando R$ 116,9 milhões e representando uma variação positiva de apenas 0,2%. A dinâmica do período é explicada pela otimização logística com novos parceiros, parcialmente compensada pelos custos de internalização da operação de varejo físico a partir do segundo trimestre.

Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R$ 147,1 milhões no ano, diminuição de 1,0% em relação ao acumulado do ano anterior. A margem bruta correspondente foi de 55,7% em 2025 (redução de 0,3 p.p. versus 2024). Esse resultado reflete as variações explicadas nas linhas anteriores de receita líquida e custos dos serviços prestados e produtos vendidos.

Despesas (Receitas) Operacionais

Em 2025, a soma das despesas (receitas) operacionais resultou em valor negativo equivalente a R$ 176,2 milhões, representando uma melhora de R$ 6,9 milhões (3,8%) frente ao ano de 2024. Essa variação ocorreu devido à diminuição de 15,1% das despesas publicitárias, o que confirma o foco da Companhia em eficiência dos investimentos em marketing ao longo de 2025, com ênfase na rentabilização da base de usuários ativos. Em contrapartida, o resultado das despesas operacionais também foi impactado pelo aumento de 9,6% nas despesas de depreciação e amortização, conforme fluxo normal das amortizações das plataformas e sites.

EBIT

O prejuízo operacional antes do resultado financeiro (EBIT) consolidado de 2025 foi de R$ 29,1 milhões, representando um avanço de R$ 5,4 milhões (15,7%) versus o ano de 2024, devido às variações explicadas nas linhas acima.

Resultado Financeiro

Em 2025, o resultado financeiro líquido do Grupo Enjoei totalizou R$ 12,3 milhões, um avanço de 33,5% (R$ 3,1 milhões) na comparação com o ano anterior. A variação decorre principalmente do aumento nas receitas de rendimento das aplicações financeiras e da redução com as despesas financeiras de antecipação de recebíveis, reflexo da maturidade da nossa subadquirente própria.

Lucro (Prejuízo) Líquido

Em razão das variações acima mencionadas, o prejuízo líquido de 2025 foi de R$ 16,8 milhões, representando uma melhora de R$ 7,1 milhões (29,9%) em relação ao ano de 2024. Além disso, a Companhia atingiu pela primeira vez o equilíbrio no lucro líquido, com R$ 0,5 milhão no quarto trimestre de 2025.

Balanço Patrimonial Consolidado

R$ Mil	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AH (abs)
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	210.352	198.800	5,8%	11.552
Aplicações financeiras restritas	17.748	-	-	17.748
Contas a receber	83.940	23.790	252,8%	60.150
Estoque	147	-	-	147
Impostos a recuperar	5.707	4.425	29,0%	1.282
Adiantamentos	11.063	7.186	54,0%	3.877
Despesas antecipadas	3.938	3.437	14,6%	501
Partes relacionadas	-	53	-	-53
Outros ativos	130	115	13,0%	15
Total do ativo circulante	333.025	237.806	40,0%	95.219
Ativo não circulante				
Outros ativos	171	-	-	171
Investimento	-	46.866	-	-46.866
Imobilizado	17.236	22.024	-21,7%	-4.788
Intangível	104.669	115.478	-9,4%	-10.809
Total do ativo não circulante	122.076	184.368	-33,8%	-62.292
Total Ativo	455.101	422.174	7,8%	32.927

R$ Mil	31/12/2025	31/12/2024 (Reclassificado)	AH (%)	AH (abs)
Passivo circulante				
Fornecedores	31.252	24.829	25,9%	6.423
Obrigações sociais e trabalhistas	12.406	17.408	-28,7%	-5.002
Obrigações tributárias	2.653	1.598	66,0%	1.055
Passivo de Contratos	15.624	7.190	117,3%	8.434
Outras contas a pagar	2.204	1.862	18,4%	342
Obrigações com clientes	67.964	7.792	772,2%	60.172
Arrendamento	2.715	2.651	2,4%	64
Partes relacionadas	-	4.741	-	-4.741
Total do passivo circulante	134.818	68.071	98,1%	66.747
Passivo não circulante				
Arrendamento	6.157	8.412	-26,8%	-2.255
Provisão para contingências	5.124	3.883	32,0%	1.241
Partes relacionadas	-	16.000	-	-16.000
Impostos Diferidos	4.634	5.355	-13,5%	-721
Total do passivo não circulante	15.915	33.650	-52,7%	-17.735
Patrimônio líquido				
Capital social	595.302	595.302	-	-
Reservas de capital	93.830	93.127	0,8%	703
Prejuízos acumulados	(384.764)	(367.976)	4,6%	-16.788
Total do patrimônio líquido	304.368	320.453	-5,0%	-16.085
Total do passivo e patrimônio líquido	455.101	422.174	7,8%	32.927

Estrutura de Capital

R$ Mil	31/12/2025	31/12/2024
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	**150.733**	**101.721**
Capital próprio (patrimônio líquido)	304.368	320.453
Capital de total (terceiros + próprio)	455.101	422.174
Parcela de capital de terceiros	33,1%	24,1%
Parcela de capital próprio	66,9%	75,9%

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia era de R$320,5 milhões, e após doze meses, totalizou R$304,4 milhões em 31 de dezembro de 2025. Essa redução de R$16,1 milhões está relacionada com os resultados operacionais, alinhados com a estratégia de fortalecer e potencializar o crescimento da plataforma enjoei, além de expandir o portfólio através de novas categorias e canais offline, dominando os elos da cadeia de valor.

Mercado de Capitais

A Companhia está listada no mais alto nível de governança corporativa da B3, o segmento do Novo Mercado, sob o ticker ENJU3.

No dia 31 de dezembro de 2025, as ações ENJU3 estavam cotadas a R$ 1,07, representando valorização de 1,9% quando comparadas ao preço de fechamento do final do ano de 2024, que foi de R$ 1,05.

Composição Acionária (Enjoei S.A.)	Quantidade de Ações	% total
acionistas	**31/12/2025**	**31/12/2025**
administradores	53.544.630	26,1%
ações em tesouraria	-	-
acionistas com 5% ou mais de capital[1]	67.819.767	33,1%
demais acionistas	83.653.593	40,8%
total	205.017.990	100,0%

Alocação de Capital

A alienação de 25% da participação societária na Cresci e Perdi, pelo montante de R$ 36,2 milhões, contribuiu para o fortalecimento dos indicadores de liquidez da Companhia. Diante de uma estrutura de capital que excede as necessidades projetadas para o médio prazo, a Companhia divulgou via fato relevante no dia 23 de dezembro de 2025 a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a ser realizada no mesmo dia da AGO (24/04/2026) para aprovar as propostas de redução de capital, para absorção dos prejuízos acumulados, com restituição de capital aos acionistas no valor de R$ 40 milhões e sem o cancelamento de ações. Tal medida visa à otimização da estrutura de capital e à manutenção de níveis adequados de retorno sobre o capital investido.

Adicionalmente, a robustez da posição de caixa remanescente será direcionada à sustentação da operação e maturação da solução de pagamentos do Enjoei, mediante o financiamento do capital de giro empregado. A Companhia reitera a manutenção de uma política rigorosa de alocação de recursos, priorizando investimentos que apresentem eficiência operacional e seletividade estratégica na expansão dos negócios.

(1) excluindo as participações diretas dos administradores.

Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado

R$ Mil	31/12/2025	31/12/2024 (Reclassificado)	AH (%)	AH (abs)	4T25	4T24 (Reclassificado)	AH (%)	AH (abs)
Das atividades operacionais								
Prejuízo (Lucro) do exercício/período	(16.788)	(23.935)	-29,9%	7.147	460	(3.245)	n/a	3.705
Ajustes por:								
Depreciações e amortizações	39.553	36.089	9,6%	3.464	9.865	8.688	13,5%	1.177
Baixa líquida e ajustes do imobilizado e intangível	893	327	173,1%	566	225	232	-3,0%	(7)
Provisão para contingências	1.241	169	634,3%	1.072	106	343	-69,1%	(237)
Plano de remuneração em ações	703	3.287	-78,6%	(2.584)	114	244	-53,3%	(130)
Reversão para perdas com chargeback	(174)	(227)	-23,3%	53	(288)	(10)	2.780,0%	(278)
Resultado equivalência patrimonial	(3.895)	(7.144)	-45,5%	3.249	(100)	(2.502)	-96,0%	2.402
Despesa de juros	449	877	-48,8%	(428)	88	179	-50,8%	(91)
Outros	(3.092)	(437)	607,6%	(2.655)	(3.092)	(437)	607,6%	(2.655)
	18.890	9.006	109,7%	9.884	7.378	3.492	111,3%	3.886
Decréscimo (acréscimo) em ativos								
Contas a receber	(59.976)	(3.238)	1.752,3%	(56.738)	(51.654)	(775)	6.565,0%	(50.879)
Adiantamentos	(4.441)	(2.654)	67,3%	(1.787)	(75)	(363)	-79,3%	288
Impostos a recuperar	(2.507)	378	n/a	(2.885)	(2.253)	(892)	152,6%	(1.361)
Partes relacionadas	46	276	-83,3%	(230)	40	(13)	n/a	53
Despesas antecipadas	(501)	(339)	47,8%	(162)	1.271	474	168,1%	797
Estoque	(147)	-	-	(147)	32	-	-	32
Outros	(186)	546	n/a	(732)	45	(17)	n/a	62
Decréscimo (acréscimo) em passivos								
Fornecedores	6.986	213	3.179,8%	6.773	(3.554)	(9)	39.388,9%	(3.545)
Obrigações sociais e trabalhistas	(5.002)	(1.199)	317,2%	(3.803)	(4.504)	(1.794)	151,1%	(2.710)
Obrigações tributárias	1.055	491	114,9%	564	125	76	64,5%	49
Passivo de contratos	8.434	4.696	79,6%	3.738	6.175	(195)	n/a	6.370
Outras contas a pagar	342	(3.597)	n/a	3.939	(8)	(5.993)	-99,9%	5.985
Obrigações com clientes	60.172	-	-	60.172	36.228	-	-	36.228
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	23.165	4.579	405,9%	18.586	(10.754)	(6.009)	79,0%	(4.745)
Fluxo de caixa das atividades de investimento								
Aquisição de imobilizado	(641)	(11.147)	-94,2%	10.506	(255)	124	n/a	(379)
Aquisição de intangível	(22.168)	(35.690)	-37,9%	13.522	(4.441)	(7.820)	-43,2%	3.379
Aplicações financeiras restritas	(17.748)	345	n/a	(18.093)	(17.748)	347	n/a	(18.095)
Aquisição de participação de 25% na Cresci e Perdi Participações S.A.	(4.783)	(25.000)	-80,9%	20.217	-	-	-	-
Baixa alienação societária	34.809	-	0	34.809	34.809	-	0	34.809
Dividendos Recebidos	2.074	4.985	-58,4%	(2.911)	-	1.963	-	(1.963)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(8.457)	(66.507)	-87,3%	58.050	12.365	(5.386)	-329,6%	17.751
Fluxo de caixa das atividades de financiamento								
Aumento de capital	-	1.265	-	(1.265)	-	-	-	-
Pagamento de arrendamento	(3.156)	(2.230)	41,5%	(926)	(839)	(433)	93,8%	(406)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(3.156)	(965)	227,0%	(2.191)	(839)	(433)	93,8%	(406)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	11.552	(62.893)	n/a	74.445	772	(11.828)	n/a	12.600
Caixa e equivalentes de caixa								
No início do período	198.800	261.693	-24,0%	(62.893)	209.580	210.628	-0,5%	(1.048)
No final do período	210.352	198.800	5,8%	11.552	210.352	198.800	5,8%	11.552
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	11.552	(62.893)	n/a	74.445	772	(11.828)	n/a	12.600

Fluxo de Caixa

Com geração de caixa de R$ 11,6 milhões no acumulado de 2025, a Companhia encerrou o ano com posição de caixa de R$ 210,4 milhões. As atividades operacionais geraram um caixa líquido de R$ 23,2 milhões no ano de 2025, resultado do ganho de rentabilidade e de melhor equilíbrio das contas operacionais no período.

Já o fluxo de caixa das atividades de investimento refletiu um ganho com a alienação da participação na Cresci e Perdi. Em contrapartida, a Companhia também apresentou consumo de caixa com investimentos em equipes de tecnologia para evolução das plataformas e com aplicações financeiras colocadas em garantia na discussão de débitos fiscais. Com isso, a Companhia encerrou os doze meses do ano com consumo líquido das atividades de investimento de R$ 8,5 milhões.

Adicionalmente, o fluxo de caixa das atividades de financiamento foi impactado pelo pagamento de R$ 3,2 milhões referentes à obrigações de arrendamento.

EBITDA Ajustado[1]

Conforme reconciliação do EBITDA contábil presente na página 6, o EBITDA ajustado consolidado no ano de 2025 foi recorde e atingiu R$ 15,4 milhões, com aumento de 3,0% na comparação com 2024. A plataforma Enjoei (controladora) apresentou um crescimento ainda maior na mesma comparação, ao atingir R$ 24,4 milhões de EBITDA ajustado no acumulado dos doze meses de 2025, com incremento de R$ 24,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, como pode ser observado no anexo 1 da página 13.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a resolução CVM 162/22, informamos que a companhia consultou os auditores independentes Grant Thornton Auditores Independentes LTDA. no sentido de assegurar o cumprimento das normas emanadas pela autarquia, bem como a lei de regência da profissão contábil, instituída por meio do decreto lei 9.295/46 e alterações posteriores. também foi observado o cumprimento da regulamentação do exercício da atividade profissional emanada do conselho federal de contabilidade (CFC) e as orientações técnicas emanadas do Instituto dos auditores independentes do brasil (IBRACON).
A companhia adotou o princípio fundamental de preservação da independência dos auditores, garantindo a não influência de auditarem os seus próprios serviços, e tão pouco de terem participado de qualquer função de gerência da companhia.

A Grant Thornton Auditores Independentes LTDA. estava contratada para:

(i) execução de serviços de auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) revisão das informações trimestrais do mesmo exercício.

[1]ajustes EBITDA: 1) plano de remuneração em opções de ações (SOP) conforme anexos; 2) Reconhecimento contábil do pagamento de dividendos desproporcionais ao cresci e perdi, relativos aos resultados pré-closing, no valor de R$ 1,9 milhão no 2T24 – sem efeito caixa para o Enjoei; 3) Despesas de caráter one-off relacionadas à reestruturação corporativa do Elo7 de R$ 1,5 milhão no 2T24, R$ 2,1 milhões no 1T24; 4) despesas relacionadas à liquidação do contrato com partes relacionadas de media for equity, firmado em 2020, sem efeito caixa, totalizando R$ 239 mil no 1T24; 5) despesas de consultores e assessores de M&A de R$ 4,2 milhões no 1T24. 6) Rescisões da reestruturação do grupo no valor de R$ 2,4 milhões em 2T25. Segunda parcela da consultoria de reestruturação no valor R$ 329 mil em 2T25. Custos de internalização das lojas físicas no valor de R$ 540 mil em 2T25. 7) Primeira parcela da consultoria de reestruturação no valor R$ 329 mil em 1T25. 8) despesas de consultoria de negócios para varejo no valor R$ 688 mil em 3T25.

Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Como principal plataforma de intermediação de moda second-hand e itens personalizados do Brasil, a Companhia consolida o Enjoei e o Elo7 em um modelo de negócio de baixo impacto ambiental direto (Escopo 1). Alinhada ao ODS 12 da ONU, a operação fomenta a economia circular, transformando o consumo em uma oportunidade climática: estima-se que cada quilo de roupa reutilizada evite a emissão de 22,8 kg de CO2. A Companhia se posiciona estrategicamente para capturar o crescimento da participação de itens de segunda mão nos guarda-roupas brasileiros.

Além do valor ambiental, o ecossistema da Companhia gera um relevante impacto social ao democratizar a geração de renda extra para sua vasta comunidade de usuários e empreendedores criativos. Ao conectar vendedores e compradores em plataformas tecnológicas eficientes, o modelo de negócio une sustentabilidade e inclusão financeira, reforçando o compromisso com uma agenda de impacto socioambiental que é indissociável de sua estratégia de crescimento e geração de valor a longo prazo.

Política de Equidade

Em conformidade com as disposições da Lei nº 15.177/2025, artigos 7º e 8º, apresentamos a seguir a quantidade e a proporção de mulheres em cada nível hierárquico da Companhia:

1) Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico, e evolução comparativa:

categoria	2025	2024
Liderança	31 (11,5%)	44 (12,5%)
Não Liderança	111 (41,3%)	147 (41,8%)
Total (mulheres)	**142 (52,8%)**	**191 (54,3%)**

2) Participação feminina na administração da companhia e evolução comparativa:

categoria	2025	2024
conselho de administração[1]	1 (17%)	1 (20%)
diretoria estatutária[2]	2 (40%)	2 (40%)

[1] Exclui membros do Conselho de Administração que também são Diretores da Companhia;

[2] Inclui Diretores que também são membros do Conselho de Administração da Companhia;

3) Proporção da Remuneração Total Feminina em Relação à Masculina (Base Masculina = 100%) e evolução comparativa - ou valores totais de remuneração por gênero/função

A razão matemática da remuneração entre mulheres e homens, divididos em categorias funcionais, em 2024, foi de: 0,76 para lideranças e 0,70 para não lideranças; em 2025, foi de: 0,69 para lideranças e 0,70 para não lideranças.

ANEXO 1:
Demonstrações de Resultados Controladora – Comparação entre 2025 e 2024

R$ Mil	2025	AV	2024	AV	AH (%)	AH (abs)
Receita bruta	210.856	111,9%	182.493	112,0%	15,5%	28.363
Deduções da receita (impostos sobre receitas)	(22.384)	-11,9%	(19.538)	-12,0%	14,6%	(2.846)
Receita líquida	188.472	100,0%	162.955	100,0%	15,7%	25.517
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(86.863)	-46,1%	(78.119)	-47,9%	11,2%	(8.744)
Lucro bruto	101.609	53,9%	84.836	52,1%	19,8%	16.773
Margem Bruta	53,9%		52,1%		1,8 p.p.	
Despesas publicitárias	(23.086)	-12,2%	(28.829)	-17,7%	-19,9%	5.743
Gerais e administrativas	(54.501)	-28,9%	(61.009)	-37,4%	-10,7%	6.508
Depreciação e amortização	(31.766)	-16,9%	(30.203)	-18,5%	5,2%	(1.563)
Equivalência Patrimonial	(19.649)	-10,4%	864	0,5%	n/a	(20.513)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.657)	-1,4%	(3.563)	-2,2%	-25,4%	906
Despesas (receitas) operacionais	(131.659)	-69,9%	(122.740)	-75,3%	7,3%	(8.919)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(30.050)	-15,9%	(37.904)	-23,3%	-20,7%	7.854
Receita financeira	23.399	12,4%	23.516	14,4%	-0,5%	(117)
Despesa financeira	(11.181)	-5,9%	(10.934)	-6,7%	2,3%	(247)
Resultado financeiro líquido	12.218	6,5%	12.582	7,7%	-2,9%	(364)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.832)	-9,5%	(25.322)	-15,5%	-29,6%	7.490
Imposto de renda e contribuição social corrente	(180)	-0,1%	-	-	-	(180)
Imposto de renda e contribuição diferido	1.224	0,6%	1.387	0,9%	-11,8%	(163)
Prejuízo do exercício	(16.788)	-8,9%	(23.935)	-14,7%	-29,9%	7.147
Reconciliação do EBITDA Contábil Instrução CVM 156						
Prejuízo do exercício	(16.788)	-8,9%	(23.935)	-14,7%	-29,9%	7.147
Imposto de renda e da contribuição social diferido	(1.044)	-0,6%	(1.387)	-0,9%	-24,7%	343
Resultado financeiro líquido	(12.218)	-6,5%	(12.582)	-7,7%	-2,9%	364
Depreciação e amortização	31.766	16,9%	30.203	18,5%	5,2%	1.563
EBITDA	1.716	0,9%	(7.701)	-4,7%	-122,3%	9.417
Equivalência Patrimonial	19.649	10,4%	(864)	-0,5%	-n/a	20.513
Plano de remuneração em opções de ações (SOP)	703	0,4%	3.287	2,0%	-78,6%	(2.584)
Receitas/despesas não recorrentes	2.287	1,2%	5.002	3,1%	-54,3%	(2.715)
EBITDA AJUSTADO	**24.355**	**12,9%**	**(276)**	**-0,2%**	**n/a**	**24.631**

ANEXO 2:
Balanço Patrimonial Controladora

R$ Mil	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AH (abs)
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	176.321	195.443	-9,8%	(19.122)
Aplicações financeiras restritas	17.748	-	-	17.748
Contas a receber	83.593	23.612	254,0%	59.981
Impostos a recuperar	3.445	3.753	-8,2%	(308)
Adiantamentos	10.524	6.890	52,7%	3.634
Despesas antecipadas	2.838	2.912	-2,5%	(74)
Partes relacionadas	36.951	12.761	189,6%	24.190
Outros ativos	76	99	-23,2%	(23)
Total do ativo circulante	331.496	245.470	35,0%	86.026
Ativo não circulante				
Outros ativos	171	-	-	171
Investimentos	27.067	61.931	-56,3%	-34.864
Imobilizado	9.291	12.077	-23,1%	-2.786
Intangível	64.285	77.240	-16,8%	-12.955
Total do ativo não circulante	100.814	151.248	-33,3%	-50.434
Total Ativo	432.310	396.718	9,0%	35.592

R$ Mil	31/12/2025	31/12/2024 (Reclassificado)	AH (%)	AH (abs)
Passivo circulante				
Fornecedores	23.932	16.152	48,2%	7.780
Obrigações sociais e trabalhistas	10.708	14.737	-27,3%	-4.029
Obrigações tributárias	1.475	1.318	11,9%	157
Passivo de Contratos	15.556	6.749	130,5%	8.807
Outras contas a pagar	130	209	-37,8%	-79
Obrigações com clientes	67.947	7.792	772,0%	60.155
Arrendamento	1.280	1.573	-18,6%	-293
Partes relacionadas	123	4.902	-97,5%	-4.779
Total do passivo circulante	121.151	53.432	126,7%	67.719
Passivo não circulante				
Arrendamento	1.987	3.057	-35,0%	-1.070
Provisão para contingências	4.804	3.776	27,2%	1.028
Partes relacionadas	-	16.000	-	-16.000
Total do passivo não circulante	6.791	22.833	-70,3%	-16.042
Patrimônio líquido				
Capital social	595.302	595.302	-	-
Reservas de capital	93.830	93.127	0,8%	703
Prejuízos acumulados	(384.764)	(367.976)	4,6%	-16.788
Total do patrimônio líquido	304.368	320.453	-5,0%	-16.085
Total do passivo e patrimônio líquido	432.310	396.718	9,0%	35.592

ANEXO 3:
Demonstração de Fluxo de Caixa Controladora – Comparação entre 2025 e 2024

R$ Mil	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AH (abs)	4T25	4T24	AH (%)	AH (abs)
Das atividades operacionais								
Prejuízo do exercício	(16.788)	(23.935)	-29,9%	7.147	460	(3.245)	n/a	3.705
Ajustes por:								
Depreciações e amortizações	31.766	30.203	5,2%	1.563	7.737	7.531	2,7%	206
Baixa líquida e ajustes do imobilizado e intangível	467	290	61,0%	177	88	221	-60,2%	(133)
Provisão para contingências	1.028	490	109,8%	538	87	458	-81,0%	(371)
Plano de remuneração em ações	703	3.287	-78,6%	(2.584)	114	244	-53,3%	(130)
Reversão para perdas com chargeback	(174)	(227)	-23,3%	53	(288)	(10)	2.780,0%	(278)
Resultado equivalência patrimonial	19.649	(864)	n/a	20.513	4.313	(1.444)	-	5.757
Despesa de juros	196	484	-59,5%	(288)	31	107	-71,0%	(76)
Outros	(3.092)	(437)	607,6%	(2.655)	(3.092)	(437)	607,6%	(2.655)
	33.755	9.291	263,3%	24.464	9.450	3.425	175,9%	6.025
Decréscimo (acréscimo) em ativos								
Contas a receber	(59.807)	(3.364)	1.677,9%	(56.443)	(51.883)	(1.119)	4.536,6%	(50.764)
Adiantamentos	(4.246)	(2.594)	63,7%	(1.652)	116	(529)	n/a	645
Impostos a recuperar	(916)	496	n/a	(1.412)	(1.316)	(821)	60,3%	(495)
Partes relacionadas	(24.198)	(11.785)	105,3%	(12.413)	(3.669)	(1.307)	180,7%	(2.362)
Despesas antecipadas	74	(517)	n/a	591	938	244	284,4%	694
Outros	(147)	25	n/a	(172)	46	(20)	n/a	66
Decréscimo (acréscimo) em passivos								
Fornecedores	8.391	854	882,6%	7.537	(2.123)	328	-747,3%	(2.451)
Obrigações trabalhistas	(4.028)	643	n/a	(4.671)	(3.705)	(815)	354,6%	(2.890)
Obrigações tributárias	157	611	-74,3%	(454)	(252)	287	n/a	(539)
Passivo de contratos	8.807	4.716	86,7%	4.091	6.174	434	1.322,6%	5.740
Partes relacionadas	(39)	161	-124,2%	-200	-652	-2.921	-77,7%	2.269
Outras contas a pagar	(79)	(857)	-90,8%	778	49	-2.056	n/a	2.105
Obrigações com clientes	60.155	-	-	60.155	36.225	-	-	36.225
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	17.879	(2.320)	-870,6%	20.199	(10.602)	(4.870)	117,7%	(5.732)
Fluxo de caixa das atividades de investimento								
Aquisição de imobilizado	(418)	(6.975)	-94,0%	6.557	(42)	263	n/a	(305)
Aquisição de intangível	(14.342)	(25.458)	-43,7%	11.116	(3.202)	(5.500)	-41,8%	2.298
Aplicações financeiras restritas	(17.748)	345	n/a	(18.093)	(17.748)	347	n/a	(18.095)
Aquisição de participação de 25% na Cresci e Perdi Participações S.A.	(4.783)	(25.000)	-80,9%	20.217	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	(4.825)	(5.750)	-16,1%	925	(850)	(800)	6,3%	(50)
Aumento de capital em controlada	(30.000)	(1.430)	1.997,9%	(28.570)	-	-	-	-
Baixa alienação societária	34.809	-	-	34.809	34.809	-	-	34.809
Dividendos Recebidos	2.074	4.985	-58,4%	(2.911)	-	1.963	-	(1.963)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimento	(35.233)	(59.283)	-40,6%	24.050	12.967	(3.727)	-447,9%	16.694
Fluxo de caixa das atividades de financiamento								
Aumento de capital	-	1.265	-	(1.265)	-	-	-	-
Pagamento de arrendamento	(1.768)	(1.929)	-8,3%	161	(452)	(308)	46,8%	(144)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(1.768)	(664)	166,3%	(1.104)	(452)	(308)	46,8%	(144)
Redução (aumento) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(19.122)	(62.267)	-69,3%	43.145	1.913	(8.905)	n/a	10.818
Caixa e equivalentes de caixa								
No início do exercício	195.443	257.710	-24,2%	(62.267)	174.408	204.348	-14,7%	(29.940)
No final do exercício	176.321	195.443	-9,8%	(19.122)	176.321	195.443	-9,8%	(19.122)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(19.122)	(62.267)	-69,3%	43.145	1.913	(8.905)	n/a	10.818

glossário

GMV
a definição do GMV representa o valor total da transação, em reais, de todas as naturezas, por compra de produtos ou serviços prestados e realizadas com sucesso, através dos meios de pagamento oferecidos na plataforma no momento do checkout. não são consideradas como bem sucedidas as transações imediatamente rejeitadas, por qualquer razão, pelas instituições de processamento de pagamento. não são removidas do cálculo transações que posteriormente possam ser rejeitadas pela plataforma em consequência de análises de segurança posteriores à confirmação do pagamento, ou por reembolso aos usuários, que pode ocorrer em casos de exercício do direito à desistência da compra e/ou serviço prestado. são removidas do cálculo do GMV as transações acima de valores considerados fora do padrão de consumo em relação às categorias de produto da plataforma.

gross billings
gross billings correspondem à parcela do GMV retida pelo Enjoei nas transações em nossa plataforma, e pode ser expressa percentualmente pelo take rate.

o GMV e gross billings são medidas não contábeis segundo as práticas contábeis adotadas no brasil (BR GAAP) ou pelas normas internacionais de relatório financeiro – international financial reporting standards (IFRS), emitidas pelo international accounting standard board (IASB), e, portanto, não possuem um significado padrão e podem não corresponder a medidas com a nomenclatura similar divulgada por outras companhias.

EBITDA
o EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil elaborada pelo enjoei, em consonância com a Resolução CVM n° 156/2022.

novo comprador
novo comprador é o usuário que realizou a sua primeira compra na plataforma no período indicado, ou que fez compras após 18 meses de inatividade.

comprador ativo
comprador ativo se refere ao usuário que realizou ao menos uma compra nos últimos 12 meses.

novo vendedor
novo vendedor é o usuário que realizou sua primeira publicação na plataforma no período indicado.

vendedor ativo
vendedor ativo se refere ao usuário que publicou ao menos um produto na plataforma nos últimos 12 meses.

item transacionado
o item transacionado se refere ao produto vinculado à transação que gera o GMV divulgado.

enjoei

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton
Auditores Independentes Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Enjoei S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enjoei S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Enjoei S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Enjoei | GTB54799

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser considerado em nosso relatório.

Capitalização de gastos com desenvolvimento de *software* (plataforma/site) – Notas Explicativas nº 4.9 e nº 11

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 4.9 e 11 – Intangível, a Companhia possuía registrado em 31 de dezembro de 2025 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os montantes de R$ 58.473 mil e R$ 73.653 mil, respectivamente, relativos a ativo intangível de vida útil definida, proveniente do desenvolvimento interno do software da plataforma/site de marketplace, utilizada pelos usuários (compradores e vendedores) na intermediação de negócios.

Os custos de capitalização referem-se principalmente a gastos incorridos com desenvolvimento tecnológico, melhorias e atualizações, voltadas para modernização do ambiente de tecnologia e performance da plataforma/site. Os demais gastos que não atendem os requisitos técnicos contábeis para capitalização, como aqueles relacionados a manutenção e suporte da plataforma/site são reconhecidos no resultado do exercício como despesa.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, um principal assunto de auditoria, devido à materialidade dos montantes capitalizados, da dependência de controles internos e sistemas informatizados utilizados na gestão dos desenvolvimentos, bem como julgamento significativo exercido pela administração na definição dos gastos que atendem aos critérios de reconhecimento como ativo intangível, daqueles que devem ser reconhecidos como despesa.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliamos e obtivemos entendimento sobre os controles internos e políticas contáveis adotadas da Companhia;
- Envolvemos nossos especialistas em finanças corporativas nas avaliações de projeções econômicas e financeiras utilizadas pela administração para fins de avaliação do valor recuperável do ativo intangível;
- Envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para testar e revisar o ambiente de tecnologia da informação no qual são gerenciados e hospedados os projetos de desenvolvimento, para obtenção de evidência quanto a integridade da base de capitalizações e análise técnica sobre gastos capitalizáveis e não capitalizáveis;
- Recálculo dos controles da Companhia para a apropriação dos gastos de folha de pagamento dos desenvolvedores, que são base para os custos capitalizáveis;
- Testamos a folha de pagamento para obtenção de evidência quanto a existência de colaboradores, exatidão dos proventos (salários e encargos) e integridade base de colaboradores e das informações utilizadas no cálculo dos custos capitalizáveis; e
- Recálculo da amortização de acordo com a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, os critérios e políticas contábeis adotados pela Companhia e suas controladas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para capitalização de gastos com desenvolvimento de software e valor recuperável dos ativos intangíveis, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Enjoei | GTB54799

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Raphael Tonetto Rodrigues
Contador CRC 1SP-307.040/O-0

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Enjoei | GTB54799

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31/12/2025

enjoei

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixas e equivalentes de caixa	6.a	176.321	195.443	210.352	198.800
Aplicações financeiras restritas	6.b	17.748	-	17.748	-
Contas a receber	7	83.593	23.612	83.940	23.790
Estoque	-	-	-	147	-
Impostos a recuperar	8	3.445	3.753	5.707	4.425
Adiantamentos	-	10.524	6.890	11.063	7.186
Despesas antecipadas	-	2.838	2.912	3.938	3.437
Partes relacionadas	17	36.951	12.761	-	53
Outros ativos	-	76	99	130	115
Total do ativo circulante		**331.496**	**245.470**	**333.025**	**237.806**
Ativo não circulante					
Outros ativos	-	171	-	171	-
Investimento	9	27.067	61.931	-	46.866
Imobilizado	10	9.291	12.077	17.236	22.024
Intangível	11	64.285	77.240	104.669	115.478
Total do ativo não circulante		**100.814**	**151.248**	**122.076**	**184.368**
Total do ativo		**432.310**	**396.718**	**455.101**	**422.174**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (Reclassificado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reclassificado)
Passivo circulante					
Fornecedores	13	23.932	16.152	31.252	24.829
Obrigações sociais e trabalhistas	16.a	10.708	14.737	12.406	17.408
Obrigações tributárias	16.b	1.475	1.318	2.653	1.598
Passivo de contratos	14	15.556	6.749	15.624	7.190
Obrigações com clientes	15	67.947	7.792	67.964	7.792
Outras contas a pagar	-	130	209	2.204	1.862
Arrendamento	12	1.280	1.573	2.715	2.651
Partes relacionadas	17	123	4.902	-	4.741
Total do passivo circulante		**121.151**	**53.432**	**134.818**	**68.071**
Passivo não circulante					
Arrendamento	12	1.987	3.057	6.157	8.412
Provisão para contingências	18	4.804	3.776	5.124	3.883
Partes relacionadas	17	-	16.000	-	16.000
Impostos diferidos	20	-	-	4.634	5.355
Total do passivo não circulante		**6.791**	**22.833**	**15.915**	**33.650**
Patrimônio líquido					
Capital social	19.a	595.302	595.302	595.302	595.302
Reservas de capital	19.b	93.830	93.127	93.830	93.127
Prejuízos acumulados	-	(384.764)	(367.976)	(384.764)	(367.976)
Total do patrimônio líquido		**304.368**	**320.453**	**304.368**	**320.453**
Total do passivo e patrimônio líquido		**432.310**	**396.718**	**455.101**	**422.174**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	21	188.472	162.955	263.964	265.221
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	22	(86.863)	(78.119)	(116.886)	(116.668)
Lucro bruto		**101.609**	**84.836**	**147.078**	**148.553**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas publicitárias	22	(23.086)	(28.829)	(48.287)	(56.890)
Gerais e administrativas	22	(54.501)	(61.009)	(88.686)	(93.739)
Depreciação e amortização	22	(31.766)	(30.202)	(39.553)	(36.089)
Equivalência patrimonial	9.2	(19.649)	863	3.895	7.144
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	22	(2.657)	(3.563)	(3.565)	(3.537)
Total		**(131.659)**	**(122.740)**	**(176.196)**	**(183.111)**
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(30.050)**	**(37.904)**	**(29.118)**	**(34.558)**
Receita financeira	23	23.399	23.516	26.825	23.584
Despesa financeira	23	(11.181)	(10.934)	(14.481)	(14.336)
Resultado financeiro líquido		**12.218**	**12.582**	**12.344**	**9.248**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(17.832)**	**(25.322)**	**(16.774)**	**(25.310)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	(180)	-	(1.238)	(12)
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	1.224	1.387	1.224	1.387
Prejuízo do exercício		**(16.788)**	**(23.935)**	**(16.788)**	**(23.935)**
Resultado por ação	19	(0,08189)	(0,11748)	(0,08189)	(0,11748)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	**(16.788)**	**(23.935)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(16.788)**	**(23.935)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Notas	Capital social		Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Custo com transação de capital			
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**634.396**	**(40.359)**	**89.840**	**(344.041)**	**339.836**
Aumento de capital	19. a	1.265	-	-	-	1.265
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(23.935)	(23.935)
Plano de remuneração em ações	19.d	-	-	3.287	-	3.287
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**635.661**	**(40.359)**	**93.127**	**(367.976)**	**320.453**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(16.788)	(16.788)
Plano de remuneração em ações	19.d	-	-	703	-	703
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**635.661**	**(40.359)**	**93.830**	**(384.764)**	**304.368**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Reclassificado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reclassificado)
Das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	**(16.788)**	**(23.935)**	**(16.788)**	**(23.935)**
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	31.766	30.202	39.553	36.089
Baixa liquida e ajustes do imobilizado e intangível	467	290	893	327
Provisão para contingências	1.028	490	1.241	169
Plano de remuneração em ações	703	3.287	703	3.287
Reversão para perdas com *chargeback*	(174)	(227)	(174)	(227)
Resultado equivalência patrimonial	19.649	(863)	(3.895)	(7.144)
Despesa de juros	196	484	449	877
Outros	(3.092)	(437)	(3.092)	(437)
Total	**33.755**	**9.291**	**18.890**	**9.006**
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber	(59.807)	(3.364)	(59.977)	(3.238)
Estoque	-	-	(147)	-
Adiantamentos	(4.246)	(2.594)	(4.441)	(2.654)
Impostos a recuperar	(916)	496	(2.507)	378
Partes relacionadas	(24.198)	(11.785)	46	276
Despesas antecipadas	74	(517)	(501)	(339)
Outros	(147)	25	(185)	546
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	8.391	854	6.986	213
Obrigações sociais e trabalhistas	(4.028)	643	(5.002)	(1.199)
Obrigações tributárias	157	611	1.055	491
Passivo de contratos	8.807	1.278	8.434	1.258
Partes relacionadas a pagar	(39)	161	-	-
Outras contas a pagar	(79)	(857)	342	(3.597)
Obrigações com clientes	60.155	3.438	60.172	3.438
Caixa líquido gerado das (consumido nas) atividades operacionais	**17.879**	**(2.320)**	**23.165**	**4.579**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(418)	(6.975)	(641)	(11.147)
Aquisição de intangível	(14.342)	(25.458)	(22.168)	(35.690)
Aplicações financeiras restritas	(17.748)	345	(17.748)	345
Aquisição de participação de 25% na Cresci e Perdi Participações S.A.	(4.783)	(25.000)	(4.783)	(25.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	(4.825)	(5.750)	-	-
Aumento de capital em controlada	(30.000)	(1.430)	-	-
Baixa alienação societária	34.809	-	34.809	-
Dividendos recebidos	2.074	4.985	2.074	4.985
Caixa líquido (consumido nas) gerado das atividades de investimento	**(35.233)**	**(59.283)**	**(8.457)**	**(66.507)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	1.265	-	1.265
Pagamento do principal e juros de arrendamento	(1.768)	(1.929)	(3.156)	(2.230)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(1.768)**	**(664)**	**(3.156)**	**(965)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(19.122)**	**(62.267)**	**11.552**	**(62.893)**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	195.443	257.710	198.800	261.693
No final do exercício	176.321	195.443	210.352	198.800
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(19.122)**	**(62.267)**	**11.552**	**(62.893)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	210.857	182.492	295.836	297.037
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – (Reversão)/Constituição	174	227	174	227
Total	**211.031**	**182.719**	**296.010**	**297.264**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(94.255)	(78.119)	(125.511)	(116.667)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(45.164)	(53.186)	(83.282)	(89.249)
Valor adicionado bruto	**71.612**	**51.414**	**87.217**	**91.348**
Depreciação e amortização	(31.766)	(30.202)	(39.553)	(36.089)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**39.846**	**21.212**	**47.664**	**55.259**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	24.540	23.516	28.132	23.584
Resultado de equivalência patrimonial	(19.649)	863	3.895	7.144
Valor adicionado total a distribuir	**44.737**	**45.591**	**79.691**	**85.987**
Distribuição do valor adicionado	**44.737**	**45.591**	**79.691**	**85.987**
Pessoal, e encargos				
Remuneração direta	25.076	28.246	42.080	44.531
Benefícios	4.104	3.540	7.143	6.737
FGTS	3.994	3.491	5.136	5.120
Total	**33.174**	**35.277**	**54.359**	**56.388**
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	13.541	19.847	21.629	33.381
Estaduais	-	-	672	-
Municipais	3.491	3.202	4.910	5.156
Total	**17.032**	**23.049**	**27.211**	**38.537**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	11.074	10.847	14.378	14.234
Aluguéis	245	353	531	763
Total	**11.319**	**11.200**	**14.909**	**14.997**
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(16.788)	(23.935)	(16.788)	(23.935)
Total	**(16.788)**	**(23.935)**	**(16.788)**	**(23.935)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Enjoei S.A. (“Enjoei”, “Companhia” ou “Controladora”) foi constituído em 12 de setembro de 2012, sediado na Avenida Ipiranga, no 200, República, São Paulo – SP, e está registrado na B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão (B3), sob o código ENJU3. A Companhia é controladora direta e indireta de empresas e tem como objeto social a intermediação de compras e vendas principalmente por produtos usados, na forma de “lojas virtuais” customizadas em seu *marketplace*, oferecendo a moderação dos produtos a serem ofertados pelos usuários/*sellers* por meio de uma curadoria de fotos e descrição de tais bens e posteriormente disponibilizando-os para venda em sua plataforma. Em contrapartida, o Enjoei recebe uma comissão sobre o valor da transação.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referida como “Grupo”).

1.1. Principais eventos ocorridos no exercício

Aquisição de controlada

Em 01 de abril de 2025, a controlada Enjoei Franchising Ltda. adquiriu a entidade legal *Retail* as a Service Comércio Varejista de Artigos Novos e Usados Ltda., empresa que operava as três primeiras lojas físicas da marca Enjoei na cidade de São Paulo no modelo *Retail as a Service* (RaaS). A aquisição não se caracteriza em uma combinação de negócios visto que a gestão e controle das lojas já eram da Companhia. O preço pago na transação foi de R$ 265, sendo este o valor do patrimônio líquido contábil da empresa na data da transação.

Arranjo de pagamentos

Em setembro de 2025 a Companhia iniciou a operação do próprio arranjo de pagamentos, operando as transações dos usuários diretamente com as adquirentes. A migração dos usuários foi concluída em outubro de 2025. Esse desenvolvimento trouxe para a Companhia: (i) independência ao escolher os parceiros para o processamento de pagamentos (adquirentes), (ii) capacidade de eliminar riscos com instabilidades sistêmicas por parte dos parceiros e maximizar aprovação no *checkout*, (iii) flexibilidade na negociação dos custos de processamento e de antecipação de recebíveis, (iv) certificação PCI DSS nível 1 garantindo os níveis de segurança necessários e (v) efetiva gestão do fluxo de caixa.
Os efeitos do novo arranjo de pagamentos no Balanço Patrimonial da Companhia estão relacionados aos registros de: (i) contas a receber pelo valor total das transações, (ii) obrigações com clientes referentes ao contas a pagar aos usuários vendedores (*sellers*) os quais dependem do atingimento da obrigação de performance.

Alienação Cresci e Perdi

Em 10 de outubro de 2025, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças, que contratou e concluiu a alienação da participação equivalente a 25% do capital social da Cresci e Perdi Participações S.A. no montante de R$ 36.194, (valor líquido R$ 34.809 deduzidos os custos da transação). O montante foi recebido integralmente a vista, conforme estipulado. A operação está demonstrada na rubrica “Baixa alienação societária” nas demonstrações dos fluxos de caixa e gerou um resultado econômico de R$ 3.092.

A transação foi contratada, uma vez que, a despeito de qualquer impacto nas operações e nas demonstrações financeiras do Grupo Cresci e Perdi, e consequentemente sem impactos para Companhia, a administração tomou conhecimento de descumprimento contratual relevante, o que impossibilitou a continuidade da sociedade de forma imediata. Dessa forma, após a avaliação de cenários, em defesa dos interesses da Companhia, o Conselho de Administração aprovou a transação, mediante acordo prévio entre as partes envolvidas.

Redução capital social - Restituição

Em 23 de dezembro de 2025 o Conselho da Administração aprovou a proposta de redução de capital social da Companhia no montante aproximado de R$385.000, para absorver os prejuízos acumulados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e nessa mesma data, também foi deliberado a proposta para redução de capital social da Companhia mediante a restituição de R$40.000 para os acionistas, ambas as propostas não resultarão o cancelamento de ações. O Conselho de Administração aprovou, ainda, a convocação de uma AGE, a ser realizada na mesma data da assembleia geral ordinária de 2026, para deliberar sobre as propostas de Reduções de Capital e consequentes alterações do estatuto social da Companhia.
As propostas de Reduções de Capital objetivam aprimorar a estrutura de capital da Companhia, considerando seu plano de negócios, seus compromissos financeiros e seus objetivos estratégicos. A Administração avalia que a atual estrutura de capital se mostra superior às necessidades operacionais e estratégicas do curto prazo, especialmente após a alienação de participação correspondente a 25% do capital social da Cresci e Perdi Participações S.A.
Caso aprovada em assembleia, a Redução de Capital – Restituição somente se tornará efetiva após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação da respectiva ata, nos termos do artigo 174 da Lei nº 6.404/1976.

1.2. Gestão operacional, financeira e administrativa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu no prejuízo, individual e consolidado, de R$ 16.788 mil (prejuízo de R$ 23.935 mil para o exercício de 2024), o fluxo de caixa operacional foi positivo em R$ 17.879 e R$ 23.165, para controladora e consolidado, respectivamente (R$ 2.320 negativo e R$ 4.579 positivo para a controladora e consolidado respectivamente em 2024) e os prejuízos acumulados foram de R$ 384.764 (R$ 367.976 para o exercício findo de 31 de dezembro de 2024).
A Administração monitora de forma contínua os indicadores operacionais, a evolução dos resultados e a posição financeira da Companhia, assegurando que cada decisão esteja alinhada à nossa estratégia de crescimento sustentável e inovação. Nosso plano estratégico está ancorado em três pilares fundamentais: fortalecer o ecossistema digital, expandir nossa presença física e aprimorar continuamente a experiência do usuário por meio de soluções tecnológicas e logísticas inteligentes. Seguimos acelerando a consolidação das nossas plataformas, impulsionadas por inteligência de dados e inovação, enquanto expandimos para o varejo físico com um modelo escalável de franquias. A convergência entre os canais digitais e presenciais fortalece nosso posicionamento e amplia o alcance do Enjoei, criando um fluxo contínuo de vendas e relacionamento com nossos clientes. Nosso compromisso é mantermos o Enjoei como a principal referência no mercado de produtos usados e únicos no Brasil, conectando vendedores e compradores em um ambiente que une conveniência, curadoria e acesso. Acreditamos no poder da economia circular como um motor de transformação, proporcionando não apenas novas oportunidades de consumo consciente, mas também impulsionando a geração de renda e inclusão financeira para milhões de brasileiros.

A Administração da Companhia avaliou a posição corrente dos ativos e passivos, bem como a disponibilidade de caixa, e concluiu que são suficientes para garantir as operações da Companhia nos próximos 12 meses e, consequentemente, a Administração não constatou indícios relacionados à incapacidade da Companhia de manter a continuidade de suas operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025 foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como as normas contábeis internacionais ("*IFRS Accounting Standards*") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("*IASB*"), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* ("*IFRIC*"), vigentes em 31 de dezembro de 2025. Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração no desempenho de suas funções.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 24 de março de 2026.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e no curso normal dos negócios, exceto quando descrito de outra forma, conforme descrito nas políticas e práticas contábeis.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.
Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.4. Reclassificação do balanço patrimonial e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

A Companhia efetuou a reclassificação do montante de R$ 7.792 anteriormente apresentado na rubrica de outras contas a pagar para a rubrica obrigações com clientes no balanço patrimonial individual e consolidado de 31 de dezembro de 2024, e no mesmo montante entre as mesmas rubricas no fluxo de caixa das atividades operacionais, para a apresentação em conjunto das obrigações e fluxos de caixas das operações de obrigações junto aos clientes. A reclassificação não refletiu em efeitos no patrimônio líquido, no resultado do período ou em outros elementos destas demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial	Controladora			Consolidado		
Ativo	31/12/2024	Reclassificação	31/12/2024 Reclassificado	31/12/2024	Reclassificação	31/12/2024 Reclassificado
Ativo circulante	245.470	-	245.470	237.806	-	237.806
Ativo não circulante	151.248	-	151.248	184.368	-	184.368
Total do ativo	**396.718**	**-**	**396.718**	**422.174**	**-**	**422.174**

Passivo	31/12/2024	Reclassificação	31/12/204 Reclassificado	31/12/2024	Reclassificação	31/12/204 Reclassificado
Outras rubricas do passivo circulante	45.431	-	45.431	58.417	-	58.417
Outras contas a pagar	8.001	(7.792)	209	9.654	(7.792)	1.862
Obrigações com clientes		7.792	7.792		7.792	7.792
Passivo circulante	**53.432**	**-**	**53.432**	**68.071**	**-**	**68.071**
Passivo não circulante	22.833	-	22.833	33.650	-	33.650
Patrimonio líquido	320.453	-	320.453	320.453	-	320.453
Total do passivo	**396.718**	**-**	**396.718**	**422.174**	**-**	**422.174**

Demonstração dos fluxos de caixa	Controladora		
	31/12/2024	Reclassificação	31/12/2024 Reclassificado
Das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	**(23.935)**	**-**	**(23.935)**
Ajustes por:			
Impactos no resultado	**7.562**	**-**	**7.562**
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Outros (decréscimos) acréscimos nos ativos	(17.394)	-	(17.394)
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Outras contas a pagar	2.581	(3.438)	(857)
Obrigações com clientes		3.438	3.438
Outros (decréscimos) acréscimos nos passivos	3.547	-	3.547
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(1.975)**	**-**	**(1.975)**
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(59.628)**	**-**	**(59.628)**
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(664)**	**-**	**(664)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(62.267)**	**-**	**(62.267)**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	257.710	-	257.710
No final do exercício	195.443	-	195.443
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(62.267)**	**-**	**(62.267)**

Demonstração dos fluxos de caixa	Consolidado		
	31/12/2024	Reclassificação	31/12/2024 Reclassificado
Das atividades operacionais			
Prejuízo do período	**(23.935)**	**-**	**(23.935)**
Ajustes por:			
Impactos no resultado	**7.296**	**-**	**7.296**
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Outros (decréscimos) acréscimos nos ativos	(3.299)	-	(3.299)
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Outras contas a pagar	(159)	(3.438)	(3.597)
Obrigações com clientes		3.438	3.438
Outros (decréscimos) acréscimos nos passivos	763	-	763
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	**4.924**	**-**	**4.924**
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(66.852)**	**-**	**(66.852)**
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(965)**	**-**	**(965)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(62.893)**	**-**	**(62.893)**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	261.693	-	261.693
No final do exercício	198.800	-	198.800
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(62.893)	-	(62.893)

3. USO DE ESTIMATIVAS, JULGAMENTOS E PREMISSAS CONTÁBEIS

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Reconhecimento de receita:** para a controladora, o reconhecimento da receita é realizado quando é contemplada a satisfação de performance sobre a receita de intermediação. No Elo7 a receita de intermediação é reconhecida quando uma transação autorizada é realizada por meio da plataforma uma vez que a entrega final do produto é de responsabilidade do vendedor;
- **Prazo do arrendamento:** se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. Ao calcular o valor presente do arrendamento a Companhia utiliza a taxa incremental, entretanto os pagamentos são efetuados a valores fixos de acordo com o contrato;
- **Vida útil dos ativos imobilizado e intangível:** a depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível tem vida útil de acordo com a utilização das suas operações. A companhia revisa periodicamente a estimativa de vida útil e alterações, se identificadas, serão ajustadas tempestivamente;
- **Perdas estimadas com *chargeback* parcela Enjoei:** as perdas estimadas com *chargeback* são relacionadas a parcela que cabe ao enjoei em cada transação e são calculadas pela média mensal do GMV (*Gross Merchandising Volume*) versus o *chargeback* incorrido (*cohort*); e

- **Provisões para contingências:** as provisões para contingências são revisadas periodicamente ou na combinação de negócios e classificadas conforme a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. Para os processos com probabilidade de perda provável são constituídas as provisões.

3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

Em 31 de dezembro de 2025 as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas futuras, envolvendo riscos significativos que podem causar um ajuste nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir, notas explicativas:

- **Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, imobilizado e ágio:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Perda esperada com *chargeback*:** premissas em relação à estimativa de cancelamentos relacionadas a disputas, fraudes e desistências de compra por parte do usuário dentro do limite de tempo estabelecido.

3.3. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.
Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

4.1. Receitas de contrato com cliente

A receita de contratos com clientes é reconhecida, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida. As estimativas de perda relacionadas ao *chargeback* são reconhecidas quando necessário juntamente ao atingimento da obrigação de performance, para representar o montante esperado de receitas pela Companhia sobre os serviços transferidos.

Não há componente de financiamento significativo nos contratos celebrados com clientes (nem declarada de forma expressa no contrato nem de forma implícita pelos termos de pagamento pactuados pelas partes). Também não há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pela Companhia. A contraprestação prometida ao cliente está declarada expressamente em contrato ou acordo realizado, e há não previsão de variabilidade sobre as transações de receitas.

Identificação do contrato com o cliente
Os acordos celebrados (termos e condições) entre a Companhia, controladas e os usuários contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento são identificadas.

Remuneração esperada e alocação da remuneração
A Companhia e as suas controladas adotam, o procedimento de reconhecer receitas referentes à prestação de serviços de intermediação, frete, tarifas e publicidade mediante ao cumprimento da obrigação de performance contratuais pelo valor que reflita o valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca da transferência dos serviços prometidos ao cliente. A principais linhas de receita da Companhia estão detalhadas a seguir:

Receita de intermediação

A Companhia reconhece receita pela intermediação do comércio online ("*marketplace*"), por meio de sua plataforma virtual ("*website"* ou "plataforma"). A receita de intermediação é reconhecida quando a obrigação de performance é cumprida em um certo ponto no tempo, ocorrendo sete dias após a entrega dos produtos do vendedor comercializados ao comprador.
Para a controlada Elo7, o cumprimento da obrigação de performance ocorre em um certo ponto no tempo, quando a transação da plataforma é transferida do *marketplace* para o vendedor, através da autorização da transação.

Receita de publicidade

A receita de publicidade é oriunda dos anúncios que são veiculados na plataforma, em função do número de impressões entregues no período, líquida da comissão paga ao fornecedor. A receita por anúncio (CPM) é definida por meio de leilões de programática, através da tecnologia provida pelo fornecedor, onde diversos anunciantes competem pelo espaço disponível na plataforma. O cumprimento da obrigação de performance ocorre em um certo ponto no tempo, através da veiculação dos anúncios.

Receita de tarifas

A Companhia reconhece como receitas de tarifas os valores provenientes de: (i) tarifa de inatividade, que é cobrada quando o usuário completa dois meses sem movimentar créditos no *enjubank*; e (ii) tarifa de saque, que é cobrada a partir do segundo saque mensal, sendo gratuito o primeiro saque. As receitas de tarifas são reconhecidas em um certo ponto do tempo, quando a obrigação de performance da Companhia é cumprida de acordo com os termos contratuais do *enjubank*.

Receitas de franquia

As receitas de franquias são oriundas das operações realizadas pela controlada Enjoei Franchising e são reconhecidas da seguinte forma:
a) como receitas de serviços: (i) taxa inicial de franquia, que é o valor pago pelo franqueado à franqueadora no início da relação contratual, e que cobre os custos iniciais, incluindo o treinamento, (ii) taxa de projetos,

que é a contratação, às custas do franqueado, do arquiteto homologado pela franqueadora, para a adaptação do projeto arquitetônico (estrutural e de layout) ao local em que a unidade franqueada irá operar e (iii) taxa mensal de franquia (royalties), que é o valor mensal pago pelo franqueado à franqueadora pela utilização contínua da Marca, do sistema e dos serviços de suportes fornecidos;
b) como receitas de mercadorias: a receita proveniente da venda de mercadorias nas lojas próprias da marca Enjoei, fisicamente instaladas na cidade de São Paulo.

4.2. Contas a receber

O saldo do contas a receber é registrado e mantido no balanço patrimonial, pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e são registrados pelo valor total da transação.
As vendas efetuadas pela Companhia podem ser parceladas pelos clientes em até doze vezes por meio dos cartões de crédito conveniados, podendo ter acréscimo no preço praticado nas vendas a prazo em relação às vendas à vista. A controlada Elo7 tem como política antecipar em d+2, todas as comissões de intermediação e consequentemente não apresenta saldos de contas a receber.

4.3. Base de consolidação

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a controlada e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a controlada. As demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.
As demonstrações financeiras da controlada direta é reconhecida através do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora.
As demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são elaboradas no mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia, e de suas controladas diretas e indiretas, consolidadas integralmente, a seguir relacionadas:

Controladas / Coligada	Atividade operacional	Participação	31/12/2025	31/12/2024
J.Q.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	Holding	Direta	100%	100%
Enjoei Franchising Ltda.	Gestão de franquias	Direta	100%	100%
Elo7 Serviços de Informática Ltda. (i)	Intermediação	Indireta	100%	100%
Lá Vem Bebê Serviços Ltda. (ii)	Intermediação	Indireta	100%	100%
Cresci e Perdi Participações S.A. (*)	Comércio varejista	Direta	-	25%
Retail as a Service Comércio Varejista de Artigos (iii)	Comércio varejista	Indireta	100%	-

(*) Em 10 de outubro de 2025, a participação da coligada Cresci e Perdi foi alienada, conforme nota explicativa 1.1. “alienação Cresci e Perdi”.

(i) Empresa controlada pela J.Q.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.

(ii) Empresa controlada pela Elo7 Serviços de Informática Ltda.
(iii) Empresa controlada pela Enjoei Franchising Ltda.

Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Empresa na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.4. Combinações de negócios e ágio

As combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição, quando o controle é transferido para a Companhia. A aquisição é mensurada pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, assim como os ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

4.5. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

4.6. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro;
- Custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

4.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com a NBC TG 25 (R1) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37).

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.
Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais sobre prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.8. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).
Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.
Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.
As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	05 anos	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Benfeitorias em imóveis	(i)	(i)
Direito de uso	(i)	(i)

(i) A depreciação das benfeitorias em imóveis e do direito de uso é calculada pelo prazo contratual de utilização, conforme os contratos realizados pela Companhia que em média é de cinco anos.
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e alterações, se identificadas, são ajustadas tempestivamente.

4.9. Intangível

Reconhecimento e mensuração

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e as controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento e manutenção da plataforma são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.
Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.
As vidas úteis estimadas dos intangíveis são as seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Software (i)	05 anos	05 anos
Plataforma I site (ii)	05 anos	05 anos

(i) Refere-se a softwares adquiridos separadamente para uso nas funções administrativas e comerciais da Companhia e as controladas;
(ii) Refere-se aos gastos incorridos na medida em que o conteúdo da plataforma é desenvolvido para outros fins que não sejam anunciar e promover os produtos e serviços, são de natureza semelhante à fase de desenvolvimento. As despesas incorridas nessas etapas são incluídas no custo da plataforma e reconhecido como um ativo intangível, uma vez que os gastos podem ser diretamente atribuídos ou alocados de forma razoável e consistente à preparação do site para a finalidade pretendida.
A plataforma foi reconhecida como um ativo intangível após o reconhecimento inicial, aplicando os requisitos da NBC TG 04 (R4) Ativo Intangível (IAS 38), sendo amortizado pelo período esperado de vida útil e benefício econômico da plataforma de cinco anos e avaliado por *impairment* quando e se houver indicativos para tal.
Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e alterações, se identificadas são ajustadas tempestivamente.

4.10. Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda por *chargeback* e disputas, estas perdas são reconhecidas na alocação do preço pago no reconhecimento da receita.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia revisou as projeções utilizadas nos testes de valor recuperável de seus ativos de vida útil definida, e a revisão não resultou no reconhecimento de perda para redução ao valor recuperável.

O valor recuperável foi apurado com base no seu valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado (FDC) com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração da Companhia.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2025 foram as seguintes:

Taxa de desconto	20,8%
Taxa de crescimento na perpetuidade	5,5%

A taxa de desconto utilizada foi obtida por premissas da Administração da Companhia e sensibilizado o valor obtido pela metodologia do fluxo de caixa descontado frente à taxa de desconto em conjunto ao crescimento da perpetuidade.

Administração acredita que a taxa de crescimento na perpetuidade utilizada está em linha com as expectativas de crescimento de longo prazo do mercado. O lucro operacional foi projetado utilizando

premissas macroeconômicas de PIB e inflação ajustadas pelo crescimento previsto de vendas, expectativas de desempenho e desenvolvimento dos mercados. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor.

4.11. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os valores de contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e as controladas considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas	
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e

os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.
No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.
A controlada Elo7, como parte de sua política de fluxo de caixa, procede com a antecipação dos recebíveis junto a operadora de meio de pagamento, da forma que reconhece o passivo antecipado e a despesa financeira auferida nesta operação, visto que, em essência tais antecipações tem característica de instrumento de dívida, em decorrência da não satisfação da obrigação de performance e consequentemente reconhecimento da receita.
Na rubrica adiantamentos de clientes, são registrados os valores recebidos e não faturados que segue o critério do reconhecimento da receita conforme a Nota Explicativa no 14.

Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.12. Capital social

Ações: Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme a NBC TG 32 (R4) (IAS 12).

4.13. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

4.14. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.
Um contrato é, ou contém um arrendamento, se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no NBC TG 06 (R3) /IFRS 16.

Como arrendatário
No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.
No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.
A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento, exceto para os arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de

arrendamento, ajustado a valor presente, para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

Ativo de direito de uso: é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.
Passivo de arrendamento: O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.
A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.
Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.
Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.
A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento na rubrica “Arrendamento” no balanço patrimonial.

4.15. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).
Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.
Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.
Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.
A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.
Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.
A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.
Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4.16. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), nos termos da NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conforme aplicável às companhias abertas, enquanto para fins de *IFRS*, representam informação suplementar, como parte das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

5. Novas normas e interpretações

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em, ou a partir de 1º de janeiro de 2026

Normas ou alterações emitidas que a administração acredita que não houve e nem haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, a saber:

- alterações na IAS 21/NBC TG 02 (R3): Efeito das mudanças nas taxas de câmbio – Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações financeiras

compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável – efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025;

- alterações na IFRS 7/NBC TG 40 (R3): Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IFRS 9/NBC TG 48: Instrumentos Financeiros - O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes – efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

Normas ou alterações emitidas que haverá impactos significativos na Companhia:

- implementação da IFRS 18/CPC 51 (resolução CVM 237/2025) – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - Substitui o IAS 1 (NBC TG 26) /CPC 26 e introduz novos requisitos destinados à demonstração do resultado e divulgação sobre medidas de desempenho, será aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após1º de janeiro de 2027. A nova norma impactará significativamente a apresentação e as divulgações na demonstração do resultado, demonstração dos fluxos de caixa e notas explicativas, as principais mudanças são: (i) Introdução de novas categorias (operacional, investimento e financiamento) e subtotais na demonstração do resultado; (ii) exigência de divulgação das medidas de desempenho definidas pela Administração e (iii) o reforço dos princípios de agregação e desagregação. A Companhia não pretende adotar a norma antecipadamente e ainda avalia seus efeitos.

- implementação da IFRS S1 (Resolução CVM 217/2024) e IFRS S2 (Resolução CVM 218/2024) – Em 26 de dezembro de 2023, a CVM aprovou a Resolução 193/23, que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, de acordo com as normas emitidas pelo *International Sustainability Standard Board* (“ISSB”)e fornecem novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações específicas relacionadas ao clima – voluntária a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os requisitos e se preparando para o cumprimento das informações e divulgações estabelecidas pelos órgãos competentes.

Reforma tributária no Brasil

Em dezembro de 2024 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023 com base na PEC 45/2019, que promove mudanças no sistema tributário brasileiro com o objetivo de simplificar a tributação sobre o consumo. A reforma substitui cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um modelo dual composto pela CBS e pelo Imposto Seletivo, de competência federal, e pelo IBS, de competência estadual e municipal. Também prevê a criação de fundos para compensação de incentivos fiscais, desenvolvimento regional e redução de desigualdades, além de alterações na tributação patrimonial, como mudanças no ITCMD e ampliação da incidência do IPVA.
Em janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 68/2024, que regulamenta o novo modelo com os benefícios a seguir: simplificar a cobrança de tributos, eliminar a cumulatividade e isenção para itens da cesta básica. A implementação será gradual, iniciando em 2026 com cobrança experimental da CBS e do IBS e conclusão prevista até 2033.
A Companhia e suas controladas atuam de forma contínua na adequação dos documentos fiscais cabíveis sobre as prestações de serviços, incluindo as alíquotas demonstrativas de IBS/CBS sendo 0,1% e 0,9% respectivamente.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA e APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

6.a Caixa e equivalentes de caixa

			Controladora		Consolidado	
	indexador	remuneração	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa			-	-	32	-
Bancos			1.514	1.655	2.298	2.508
Aplicações financeiras automáticas	CDI	1% a 10%	9.016	7.631	10.331	10.135
Fundos de investimentos (i)	CDI	101,96%	165.791	186.157	197.691	186.157
Total			**176.321**	**195.443**	**210.352**	**198.800**

(i) Os fundos de investimentos Enjoy FC FI RF Crédito Privado na controladora e Itaú High Grade RF Crédito Privado FIF na controlada J.Q.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., tem prazos de vencimentos indeterminados com rendimentos médios mensais de 1,26% e 1,21% (1,03% e 0,97% em 2024) respectivamente, são administrados sob custódia dos bancos e têm despesas limitadas a taxas de administração, custódia e auditoria.

6.b Aplicações financeiras restritas

			Controladora		Consolidado	
	indexador	remuneração	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Certificado de Depósito Bancário (i)	CDI	96% e 103%	17.748	-	17.748	-
Total			**17.748**	**-**	**17.748**	**-**

(i) As aplicações financeiras estão contratadas junto aos bancos Bradesco e Banco Paraná e são restritas em relação aos débitos fiscais conforme Nota Explicativa 18.a.

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Operadora de meios de pagamentos	83.602	23.795	83.949	23.973
(-) Perda estimada com *chargeback*	(9)	(183)	(9)	(183)
Total	**83.593**	**23.612**	**83.940**	**23.790**

O aumento do contas a receber no período está substancialmente relacionado a operação do arranjo de pagamentos próprio da Companhia, de acordo com o divulgado na nota explicativa nº 1, Contexto Operacional (Arranjo de pagamentos).

A controlada Elo7 tem como prática operacional efetuar a antecipação de recebíveis junto a operadora de meio de pagamento a Ifood Pago Instituição de Pagamento S.A. (*Zoop*), para antecipar seu fluxo de caixa. As antecipações são efetuadas a uma taxa de 139% do CDI.

A movimentação da perda estimada com *chargeback* é como segue:

Controladora e consolidado	
31 de dezembro de 2023	**(410)**
Constituições	(2.575)
Reversões	2.802
31 de dezembro de 2024	**(183)**
Constituições	(2.505)
Reversões	2.679
31 de dezembro de 2025	**(9)**

A composição do contas a receber por idade de vencimento (a vencer) é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer:				
Até 30 dias	27.584	9.264	27.931	9.442
Entre 31 e 90 dias	30.088	8.317	30.088	8.317
Entre 91 e 180 dias	16.579	4.465	16.579	4.465
Entre 181 e 360 dias	9.351	1.749	9.351	1.749
Total	**83.602**	**23.795**	**83.949**	**23.973**

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS	-	1	58	22
Cofins	-	6	269	102
Saldo Negativo de IRPJ (i)	3.445	3.727	4.630	4.168
Antecipações de IRPJ / CSLL	-	-	750	-
Outros	-	19	-	133
Total	**3.445**	**3.753**	**5.707**	**4.425**

(i) Saldo negativo do IRPJ está relacionado ao imposto de renda retido sobre os rendimentos dos volumes resgatados das aplicações financeiras.

9. INVESTIMENTOS

9.1. Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
J.Q.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	6.864	(7.164)	-	-
Ágio	9.528	9.528	-	-
Marca	4.552	4.552	-	-
Carteira de clientes	1.489	1.781	-	-
Plataforma - site	2.954	4.061	-	-
Total J.Q.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.	**25.387**	**12.758**	**-**	**-**
Enjoei Franchising	1.680	2.307	-	-
Total Enjoei Franchising Ltda.	**1.680**	**2.307**	**-**	**-**
Cresci e Perdi Participações S.A.	-	4.742	-	4.742
Ágio Cresci e Perdi Participações S.A.	-	30.781	-	30.781
Marca Cresci e Perdi Participações S.A.	-	814	-	814
Relacionamento Franqueadora Cresci e Perdi Participações S.A.	-	10.529	-	10.529
Total Cresci e Perdi Participações S.A.	**-**	**46.866**	**-**	**46.866**
Total investimentos	**27.067**	**61.931**	**-**	**46.866**

9.2. A movimentação do investimento é conforme segue:

Controladora

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	AFAC / Aporte de Capital	Amortização ativos identificados na combinação de negócios	Equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Baixa alienação Cresci e Perdi	Saldo em 31 de dezembro de 2025
J.Q.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	12.758	30.000	(1.400)	(15.971)	-		25.387
Enjoei Franchising Ltda.	2.307	4.825	-	(5.452)	-		1.680
Cresci e Perdi Participações S.A.	46.866	-	(978)	3.895	(2.074)	(47.709)	-
Total investimentos	**61.931**	**34.825**	**(2.378)**	**(17.528)**	**(2.074)**	**(47.709)**	**27.067**

	Saldo em 31/12/2023	AFAC / Aporte de Capital	Aquisição/ constituição de investimento	Amortização ativos identificados na combinação de negócios	Equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Saldo em 31/12/2024
J.Q.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	13.663	-	-	(1.401)	496	-	12.758
Enjoei Franchising Ltda.	(367)	7.180	-	-	(4.506)	-	2.307
Cresci e Perdi Participações S.A.	-	-	46.000	(1.293)	7.144	(4.985)	46.866
Total investimentos	**13.296**	**7.180**	**46.000**	**(2.694)**	**3.134**	**(4.985)**	**61.931**

Consolidado

	Saldo em 31/12/2024	Amortização ativos identificados na combinação de negócios	Equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Baixa alienação Cresci e Perdi	Saldo em 31/12/2025
Cresci e Perdi Participações S.A.	46.866	(978)	3.895	(2.074)	(47.709)	-
Total investimentos	**46.866**	**(978)**	**3.895**	**(2.074)**	**(47.709)**	**-**

	Saldo em 31/12/2023	Aquisição/ constituição de investimento	Amortização ativos identificados na combinação de negócios	Equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Saldo em 31/12/2024
Cresci e Perdi Participações S.A.	-	46.000	(1.293)	7.144	(4.985)	46.866
Total investimentos	**-**	**46.000**	**(1.293)**	**7.144**	**(4.985)**	**46.866**

9.2.1. A descrição dos principais movimentos das controladas e coligadas é conforme segue:

J.Q.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.
Em 31 de março de 2025, a controlada foi transformada de sociedade Limitada para Sociedade Anônima, e, na mesma data, emitiu 1.000 (mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 30.000, sendo destinado à conta de capital social o valor de R$ 1 e à constituição de reserva de capital o valor de R$ 29.999 (ágio na emissão de ações).

Enjoei Franchising Ltda.
Em 20 de março de 2025 ocorreu a integralização de capital de R$ 2.090, onde o capital social da Enjoei Franchising passou a ser de R$ 10.151, composto por: (i) R$ 8.771 capitalizado; (ii) R$ 1.380 registrado como adiantamento para futuro aumento de capital. Em 01 de abril de 2025, a Enjoei Franchising Ltda. adquiriu a entidade legal Retail as a Service Comércio Varejista de Artigos Novos e Usados Ltda., sociedade que operava as três primeiras lojas físicas da marca Enjoei na cidade de São Paulo no modelo *Retail as a Service* (RaaS), A aquisição não se caracteriza em uma combinação de negócio.

Cresci e Perdi Participações S.A.
Em 01 de abril e 02 de julho de 2025 a controladora recebeu dividendos de sua investida Cresci e Perdi Participações S.A., no montante acumulado de R$ 2.074.

Em 10 de outubro de 2025 a Companhia vendeu e transferiu aos sócios da Cresci e Perdi Participações S.A. a totalidade das ações que detinha dessa empresa conforme divulgado em nota explicativa “1. Alienação Cresci e Perdi.”.

9.3. As informações contábeis das controladas em 31 de dezembro de 2025 são conforme segue:

	Controladas				
	J.Q.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	Elo7 Serviços de Informática Ltda.	Lá Vem Bebê Serviços Ltda.	Enjoei Franchising Ltda.	Retail as a Service Comercio Varejista de artigos
Tipo de participação	Direta	Indireta	Indireta	Direta	Indireta
% de participação	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo	33.088	23.710	195	7.042	443
Passivo	(26.224)	(48.957)	(68)	(5.362)	(329)
Patrimônio líquido	(6.864)	25.247	(127)	(1.680)	(114)
Capital social	(53.284)	(127.398)	(620)	(12.006)	(1.214)
Receita líquida	-	71.986	79	524	2.906
Custos dos Produtos e Serviços	-	(26.845)	3	(255)	(2.929)
Lucro bruto	**-**	**45.141**	**82**	**269**	**(23)**
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(17)	(60.510)	(41)	(4.999)	(391)
Equivalência Patrimonial	(18.082)	37	-	(588)	-
Lucro antes do resultado financeiro	**(18.099)**	**(15.332)**	**41**	**(5.318)**	**(414)**
Resultado financeiro, líquido	3.086	(2.749)	(2)	(134)	(76)
Lucro antes do IR/CSLL	**(15.013)**	**(18.081)**	**39**	**(5.452)**	**(490)**
Imposto de renda e contribuição social	(958)	-	(2)	-	(97)
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	**(15.971)**	**(18.081)**	**37**	**(5.452)**	**(587)**

10. IMOBILIZADO

As movimentações para dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	Controladora					
Custo	**Máquinas e equipamentos**	**Benfeitorias**	**Móveis e utensílios**	**Imobilizado em Andamento**	**Direito de uso**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2023	**3.733**	**2.188**	**890**	**101**	**9.329**	**16.241**
Adições	136	5.485	1.354	-	2.708	9.683
Baixas	(27)	(402)	(19)	-	(2.744)	(3.192)
Transferências	-	101	-	(101)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	**3.842**	**7.372**	**2.225**	**-**	**9.293**	**22.732**
Adições	329	12	77	-	252	670
Baixas	(127)	-	-	-	-	(127)
Em 31 de dezembro de 2025	**4.044**	**7.384**	**2.302**	**-**	**9.545**	**23.275**
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2023	**(2.076)**	**(1.910)**	**(312)**	**-**	**(6.045)**	**(10.343)**
Depreciação	(627)	(151)	(168)	-	(1.865)	(2.811)
Baixas	-	149	9	-	2.341	2.499
Em 31 de dezembro de 2024	**(2.703)**	**(1.912)**	**(471)**	**-**	**(5.569)**	**(10.655)**
Depreciação	(625)	(1.136)	(222)	-	(1.464)	(3.447)
Baixas	118	-	-	-	-	118
Em 31 de dezembro de 2025	**(3.210)**	**(3.048)**	**(693)**	**-**	**(7.033)**	**(13.984)**
Valor contábil líquido						
Em 31 de dezembro de 2024	**1.139**	**5.460**	**1.754**	**-**	**3.724**	**12.077**
Em 31 de dezembro de 2025	**834**	**4.336**	**1.609**	**-**	**2.512**	**9.291**

	Consolidado					
Custo	**Máquinas e equipamentos**	**Benfeitorias**	**Móveis e utensílios**	**Imobilizado em Andamento**	**Direito de uso**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2023	**5.711**	**2.188**	**913**	**226**	**9.329**	**18.367**
Adições	378	9.173	1.596	-	9.173	20.320
Baixas	(120)	(402)	(19)	-	(2.744)	(3.285)
Transferências	-	226	-	(226)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	**5.969**	**11.185**	**2.490**	**-**	**15.758**	**35.402**
Adições	330	214	97	-	559	1.200
Baixas	(321)	-	-	-	-	(321)
Em 31 de dezembro de 2025	**5.978**	**11.399**	**2.587**	**-**	**16.317**	**36.281**
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2023	**(3.015)**	**(1.910)**	**(330)**	**-**	**(6.045)**	**(11.300)**
Depreciação	(1.008)	(531)	(182)	-	(2.912)	(4.633)
Baixas	56	149	9	-	2.341	2.555
Em 31 de dezembro de 2024	**(3.967)**	**(2.292)**	**(503)**	**-**	**(6.616)**	**(13.378)**
Depreciação	(981)	(1.990)	(247)	-	(2.734)	(5.952)
Baixas	285	-	-	-	-	285
Em 31 de dezembro de 2025	**(4.663)**	**(4.282)**	**(750)**	**-**	**(9.350)**	**(19.045)**
Valor contábil líquido						
Em 31 de dezembro de 2024	**2.002**	**8.893**	**1.987**	**-**	**9.142**	**22.024**
Em 31 de dezembro de 2025	**1.315**	**7.117**	**1.837**	**-**	**6.967**	**17.236**

11. INTANGÍVEL

As movimentações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
Custo	**Softwares (ii)**	**Plataforma – site (ii)**	**Intangível em andamento (i)**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2023	**64**	**135.626**	**-**	**135.690**
Adições	-	17.006	8.452	25.458
Em 31 de dezembro de 2024	**64**	**152.632**	**8.452**	**161.148**
Adições	-	569	13.773	14.342
Baixas	-	-	(458)	(458)
Transferência	-	15.962	(15.962)	-
Em 31 de dezembro de 2025	**64**	**169.163**	**5.805**	**175.032**
Amortização acumulada				
Em 31 de dezembro de 2023	**(31)**	**(58.639)**	**-**	**(58.670)**
Amortização	(13)	(25.225)	-	(25.238)
Em 31 de dezembro de 2024	**(44)**	**(83.864)**	**-**	**(83.908)**
Amortização	(13)	(26.826)	-	(26.839)
Em 31 de dezembro de 2025	**(57)**	**(110.690)**	**-**	**(110.747)**
Valor contábil líquido				
Em 31 de dezembro de 2024	**20**	**68.768**	**8.452**	**77.240**
Em 31 de dezembro de 2025	**7**	**58.473**	**5.805**	**64.285**

(i) As adições dos projetos em andamento referem-se ao desenvolvimento e melhorias tecnológicas da plataforma que são reconhecidas em desenvolvimento e serão transferidas para em uso quando finalizadas.
(ii) A expectativa de vida útil é de cinco anos com amortização linear a taxa de 20% ao ano.

	Consolidado							
Custo	**Softwares (ii)**	**Plataforma – site (ii)**	**Mais valia marca**	**Mais valia carteira de clientes**	**Mais valia software**	**Ágio**	**Intangível em andamento (i)**	**(Total**
Em 31 de dezembro de 2023	**64**	**140.294**	**6.898**	**3.289**	**8.393**	**9.528**	**-**	**168.466**
Adições	-	23.714	-	-	-	-	11.976	35.690
Em 31 de dezembro de 2024	**64**	**164.008**	**6.898**	**3.289**	**8.393**	**9.528**	**11.976**	**204.156**
Adições	-	1.015	-	-	-	-	21.153	22.168
Baixas	-	-	-	-	-	-	(857)	(857)
Transferência	-	24.417	-	-	-	-	(24.417)	-
Em 31 de dezembro de 2025	**64**	**189.440**	**6.898**	**3.289**	**8.393**	**9.528**	**7.855**	**225.467**
Amortização acumulada								
Em 31 de dezembro de 2023	**(31)**	**(58.763)**	**-**	**(148)**	**(560)**	**-**	**-**	**(59.502)**
Amortização	(13)	(27.040)	-	(444)	(1.679)	-	-	(29.176)
Em 31 de dezembro de 2024	**(44)**	**(85.803)**	**-**	**(592)**	**(2.239)**	**-**	**-**	**(88.678)**
Amortização	(13)	(29.984)	-	(444)	(1.679)	-	-	(32.120)
Em 31 de dezembro de 2025	**(57)**	**(115.787)**	**-**	**(1.036)**	**(3.918)**	**-**	**-**	**(120.798)**
Valor contábil líquido								
Em 31 de dezembro de 2024	**20**	**78.205**	**6.898**	**2.697**	**6.154**	**9.528**	**11.976**	**115.478**
Em 31 de dezembro de 2025	**7**	**73.653**	**6.898**	**2.253**	**4.475**	**9.528**	**7.855**	**104.669**

Os ativos intangíveis estão sujeitos a análise periódica sobre o seu valor de recuperação (*impairment*), assim como a recuperabilidade das unidades geradoras de caixa UGCs (Plataforma site e ágio). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve indicativos de *impairment* sobre os ativos intangíveis.

12. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO

A Companhia possui contratos de arrendamentos de alguns imóveis (unidades administrativas e centro de distribuição). Os arrendamentos dos imóveis são classificados como conjuntos (tanto o terreno como suas edificações) e normalmente duram 05 anos, com opção de renovação do arrendamento, na data base dessas Demonstrações a Companhia não detinha arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor que atendam os critérios de isenção previstos no CPC 06/R2/ IFRS 16, sendo assim, não há valores reconhecidos diretamente no resultado decorrente dessa dispensa. Os pagamentos de arrendamento são reajustados com base nos acordos contratuais. A Companhia possui apenas contratos com valores fixos, sem pagamentos variáveis que são condicionados a desempenho, volume de vendas ou outros indicadores.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve adição de novos contratos. As informações sobre arrendamentos, para os quais a Companhia é o arrendatário, são apresentadas a seguir:

12.1 Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota Explicativa no 10).

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2023	**3.284**	**3284**
Adição - novos contratos	2.606	9.071
Remensuração	102	102
Baixas	(403)	(403)
Despesa de depreciação do período	(1.865)	(2.912)
Saldo em 31/12/2024	**3.724**	**9.142**
Remensuração	252	559
Despesa de depreciação do período	(1.464)	(2.734)
Saldo em 31/12/2025	**2.512**	**6.967**

(i) Em 2025 ocorreu um aumento de R$ 252 (controladora) e R$ 559 (consolidado) em direito de uso referente a remensuração do contrato de locação do escritório de São Paulo e das lojas físicas na Vila Madalena, Campo Belo e Consolação, localizadas na cidade de São Paulo.

12.2 Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxas que variam de 5,11% a 8,34% a.a., sendo estas taxas as que melhor refletem o ambiente econômico da Companhia para a aquisição de um ativo em condições semelhantes. Os contratos de locação são reajustados pelo IGP-M, conforme cláusulas contratuais. A movimentação e o cronograma de pagamento dos arrendamentos é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento de imóveis	**3.488**	**5.010**	**9546**	**12135**
(-) Encargos financeiros futuros	(221)	(380)	(674)	(1.072)
Saldos ajustados a valor presente	**3.267**	**4.630**	**8.872**	**11.063**
Curto prazo	**1.280**	**1.573**	**2.715**	**2.651**
Longo prazo	**1.987**	**3.057**	**6.157**	**8.412**

A movimentação do passivo de arrendamento é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2023	**3.948**	**3948**
(+) Adição	2.606	9.071
(+) Remensuração	102	102
(-) Baixas	(403)	(403)
(+) Juros incorridos	306	575
(-) Pagamentos de principal e juros	(1.929)	(2.230)
Saldo em 31/12/2024	**4.630**	**11.063**
(+) Remensuração	252	559
(+) Juros incorridos	153	406
(-) Pagamentos de principal e juros	(1.768)	(3.156)
Saldo em 31/12/2025	**3.267**	**8.872**

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamento de longo prazo é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
A vencer em 2026	1.280	2.715
A vencer em 2027	663	2.269
A vencer em 2028	649	2.323
A vencer em 2029	675	1.565
Total	**3.267**	**8.872**

12.3 Potencial direito de Pis e Cofins

Indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	1.800	1.370	3.209	2.448
PIS/Cofins potencial (9,25%)	167	127	297	226

12.4 Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IPCA acumulado dos últimos doze meses, é de 4,26%, e representam os seguintes montantes:

Direito de uso	Controladora	Consolidado
Fluxo real		
Direito de uso	2.512	6.967
Depreciação	(1.464)	(2.734)
Fluxo inflacionado		
Direito de uso	2.619	7.264
Depreciação	(1.526)	(2.850)

Passivo de arrendamento	Controladora	Consolidado
Fluxo real		
Passivo de arrendamento	3.267	8.872
Despesa financeira	153	406
Fluxo inflacionado		
Passivo de arrendamento	3.406	9.250
Despesa financeira	160	423

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Frete e logística (i)	15.145	6.857	18.964	10.195
Armazenagem e logística	901	1.086	901	1.086
Publicidade e propaganda terceiros	2.781	4.217	5.300	8.149
Serviços de hospedagem do site e tecnologia	3.497	2.363	4.186	3.572
Consultorias	1.116	1.104	1.229	1.239
Outros	492	525	672	588
Total	**23.932**	**16.152**	**31.252**	**24.829**

(i) A variação com frete e logística refere-se ao alongamento do prazo médio de pagamento com os operadores logísticos.

14. PASSIVO DE CONTRATOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 Reclassificado	31/12/2025	31/12/2024 Reclassificado
Receita de intermediação (i)	11.727	-	11.727	-
Adiantamentos de recurso de terceiros	3.829	6.749	3.897	7.190
Total	**15.556**	**6.749**	**15.624**	**7.190**

(i) Refere-se as receitas de contrato, dos montantes relativos as parcelas da Companhia, cuja obrigação de performance ainda não foi atingida.

15. OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recursos de terceiros (i)	15.207	7.792	15.207	7.792
Usuários vendedores (sellers) (ii)	52.740	-	52.757	-
Total	**67.947**	**7.792**	**67.964**	**7.792**

(i) referem-se as transações realizadas através do meio de pagamentos pagar.Me Instituição de Pagamentos S.A., cujos montantes são recebidos pela Companhia, mantidos em custódia e após os atingimentos das obrigações de performance são transferidos aos vendedores. Em 04 de janeiro de 2024 o Pagar.Me efetuou uma alteração no formato de estorno de operações parceladas, sendo que essas operações antecipadas canceladas são resgatadas pela Companhia e são estornadas para os vendedores, obedecendo a origem da transação de forma parcelada;
(ii) referem-se as transações realizadas através do novo arranjo de pagamentos implementado pela Companhia em setembro de 2025, conforme nota explicativa nº 1 Contexto Operacional (Arranjo de Pagamentos).

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

a) Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	1.729	2.581	2.024	3.089
IRRF a pagar	1.568	2.112	1.788	2.470
Provisão de férias	3.619	4.867	4.328	6.181
Provisão de bônus (i)	2.458	3.633	2.647	3.799
INSS a recolher	992	1.156	1.205	1.389
FGTS a recolher	338	375	408	458
Outras obrigações sociais e trabalhistas	4	13	6	22
Total	**10.708**	**14.737**	**12.406**	**17.408**

(i) refere-se a provisão de remuneração variável, que a Companhia e suas controladas registraram durante o exercício, com a finalidade de incentivo aos membros da diretoria e funcionários elegíveis.

b) Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ISS a recolher	312	281	370	381
PIS a recolher	150	162	158	192
COFINS a recolher	714	763	754	899
CIDE a recolher	63	40	73	40
IRPJ a Recolher	124	-	843	4
CSLL a Recolher	48	-	317	2
Impostos retidos a recolher (PCC alíquota 4,65%)	36	19	40	30
INSS Retido a Recolher	19	42	20	42
Outras obrigações tributárias	9	11	78	8
Total	**1.475**	**1.318**	**2.653**	**1.598**

17. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém, de acordo com política específica, operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras estabelecidas de comum acordo entre as partes. As principais transações com partes relacionadas referem-se a compartilhamento de estruturas corporativas e de *back-office* entre a controladora e suas controladas, otimizando a estrutura corporativa. Em decorrência da consolidação destas controladas, as transações com partes relacionadas são integralmente eliminadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas compartilhadas:				
Enjoei Franchising (i)	1.456	1.188	11	9
Elo 7 (i)	35.495	11.560	112	152
Cresci e Perdi (ii)	-	13	-	20.741
	36.951	**12.761**	**123**	**20.902**
Total circulante	36.951	12.761	123	4.902
Total não circulante	-	-	-	16.000

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas compartilhadas:				
Cresci e Perdi (ii)	-	53	-	20.741
	-	**53**	**-**	**20.741**
Total circulante	-	53	-	4.741
Total não circulante	-	-	-	16.000

(i) os saldos e as transações com as partes relacionadas representam o compartilhamento e o rateio de despesas relacionadas à estrutura e manutenção de escritórios, bem como a contratação conjunta de determinados fornecedores estratégicos.
(ii) No exercício de 2024 o saldo apresentado refere-se a parcela a pagar aos antigos acionistas controladores da Cresci e Perdi Participações S.A. pela aquisição de 25% das quotas da Companhia (Cresci e Perdi Participações S.A.), que foram alienadas em 2025 conforme nota explicativa "1.1 Alienação Cresci e Perdi".

Remuneração de pessoas chave da Administração

A remuneração de pessoas chave da Administração compreende:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração da administração	6.200	10.952
Total	**6.200**	**10.952**

A redução da remuneração da Administração, refere-se substancialmente a redução orgânica das despesas com o plano de remuneração em ações, registrada pela metodologia Black & Scholes.
De acordo com os programas de opção de compra de ações e as quantidades de ações outorgadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor registrado foi no montante de R$ 88 (R$ 2.624 em 31 de dezembro de 2024) na controladora.

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Processos com risco de perda provável

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos legais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos de natureza tributários, trabalhistas e cíveis e classificam os riscos de perda nestes temas como: **(i)** prováveis, **(ii)** possíveis ou **(iii)** remotos.
As provisões registradas em relação a tais discussões são determinadas pela Administração da Companhia com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. A movimentação das provisões ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Cível	Tributária	Total	Cível	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**594**	**3.075**	**3.669**	**1.084**	**3.075**	**4.159**
Provisão	378	289	667	384	289	673
Reversão	(177)	-	(177)	(504)	-	(504)
Pagamentos	(383)	-	(383)	(445)	-	(445)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**412**	**3.364**	**3.776**	**519**	**3.364**	**3.883**
Provisão	1.245	267	1.512	1.715	267	1.982
Reversão	(372)	-	(372)	(568)	-	(568)
Pagamentos	(112)	-	(112)	(173)	-	(173)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.173**	**3.631**	**4.804**	**1.493**	**3.631**	**5.124**

Processos com risco de perda possível

Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas que estão classificados como risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis não requererem sua contabilização e assim estão representados:

Processos com risco de perda possível	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cível	459	1.373	521	1.484
Tributário	25.144	19.357	25.144	19.357
	25.603	**20.730**	**25.665**	**20.841**

Cível

As discussões sobre os processos cíveis incluem, auto de infração, processos administrativos e indenizatórios referentes a danos materiais e morais diante das operações usuais da companhia.

Tributária

Os processos tributários mais relevantes atualmente são Execuções Fiscais em discussão com a Prefeitura de São Paulo e um auto de Infração em discussão com a Receita Federal descritos a seguir:

a) em 29 de agosto de 2023, a Prefeitura Municipal de São Paulo lavrou Autos de Infração para exigir determinados recolhimentos de ISS, acrescido de multa sobre troca de estabelecimento em outro município, do período de julho a dezembro de 2021, diferenças de ISS devidas de junho de 2020 e dezembro de 2021 e inobservância de obrigação acessória. Em 04 de outubro de 2023, a Companhia protocolou sua impugnação e defesa sobre o auto de infração em questão. Em 02 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu a decisão de primeira instância que rejeitou a impugnação apresentada. O recurso ordinário foi interposto pela Companhia em 27 de janeiro de 2025 e, em 15 de abril de 2025, a 2ª Câmara Julgadora do Conselho Municipal de Tributos negou provimento ao Recurso Ordinário interposto pela Companhia, mantendo o auto de infração. No período de agosto a dezembro de2025, o Município de São Paulo ajuizou quatro Execuções Fiscais, reunidas em somente um feito,objetivando a cobrança do ISS supostamente não pago nos anos de 2020 e 2021, objeto dos Autos de Infração anteriores. Em 05 de dezembro de 2025, a Companhia opôs Embargos à Execução e ofertou garantia ao Juízo, sendo posteriormente aceita, com suspensão de exigibilidade de débitos.

b) em 27 de setembro de 2023, a Receita Federal lavrou autos de infração para glosar créditos de PIS e Cofins do período de 2020 apurados sobre despesas com publicidade e propaganda e aproveitados extemporaneamente em relação aos anos de 2015 a 2020 (publicidade e propaganda, operação logística e tecnologia e softwares). Em razão da glosa de créditos, houve compensação de saldo acumulado de PIS e Cofins. Em 1o de novembro de 2023, a Companhia protocolou sua impugnação e defesa. O prognóstico de perda determinado pelos assessores jurídicos da Companhia é possível, no montante aproximado de R$ 8.634. Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia não recebeu atualizações para o auto de infração.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 635.661. Considerando os custos de transação na emissão de ações no valor de R$ 40.359, o montante totaliza R$ 595.302, representado por 205.017.990 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório para os acionistas, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, quando houver ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação.

c) Resultado por ação

Apresentamos a seguir o cálculo do resultado por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
Numerador básico		
Prejuízo do período	(16.788)	(23.935)
Denominador		
Média ponderada de quota - básica	205.018	203.304
Prejuízo básico por ação em (R$)	**(0,08189)**	**(0,11748)**

As opções de ações não foram incluídas no cálculo do resultado por ação diluído, porque são antidiluidores para o prejuízo do período. Não há outros instrumentos diluidores a serem considerados.

d) Plano de outorga de opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Outorga de Opção de compra de Ações, que tem por objetivo a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outra(s) sociedade(s) sob o seu controle, que venham a ser escolhidos como pessoas elegíveis a critério do Conselho de Administração para participar do Plano Opções. O Plano prevê a abrangência de até 14.172.550 opções, as quais darão direito à aquisição de 01 ação a cada opção exercida, mediante o pagamento do preço de exercício fixado nos termos de cada Programa de Outorga de Opção de compra de Ações.

i) Programas de opção de compra de ações vigentes

Primeiro programa de opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o Primeiro Programa de opção de compra de Ações da Companhia na forma do plano de outorga de opções aprovado na mesma Assembleia, autorizando a Administração da Companhia a celebrar os respectivos contratos de outorga de até 9.549.613 opções, distribuídas entre os beneficiários, as quais darão direito à aquisição de 01 ação a cada opção exercida, mediante o pagamento do preço de exercício fixado nos termos do respectivo Programa. Todas as opções outorgadas neste programa foram exercidas nos períodos previstos no Programa. As principais premissas utilizadas para o cálculo, a partir do modelo Black & Scholes, estão descritas a seguir:

Data da outorga: 05/11/2020 **Preço de exercício: R$ 0,53** **Volatilidade esperada (a): 26,95%**							
Lote	**Prêmio estimado (em reais)**	**Taxa de juros livre de riscos (b)**	**Quantidade de opções outorgadas**	**Valorização das opções (em milhares de reais) (c)**	**Quantidade exercidas**	**Data de exercício**	**Valor exercido (em milhares de reais)**
Primeiro	9,33	2,25%	2.387.403	22.265	2.387.401	13/05/2021	1.265
Segundo	9,35	3,44%	2.387.403	22.314	2.387.401	13/05 e 12/07/2022	1.265
Terceiro	9,38	4,87%	2.387.403	22.395	2.387.404	21/06/2023	1.265
Quarto	9,42	5,94%	2.387.403	22.488	2.387.402	15/07/2024	1.265

(a) Em virtude de a Companhia não possuir histórico extenso de negociação na bolsa de valores, foi utilizada a volatilidade com base no índice B3;
(b) Refere-se à taxa Selic esperada pelo mercado para a data de vencimento de cada lote;
(c) Valor justo do total do Plano de Opção de Compra de ações, obtido a partir da multiplicação do valor justo unitário da Opção de Compra de ações pela quantidade de ações total do plano.

Quinto programa de opção de compra de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2022, foi deliberado o Quinto Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia na forma do plano de outorga de opções aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2020, autorizando a Administração da Companhia a celebrar os respectivos contratos de outorga de até 2.790.000 opções de ações distribuídas aos beneficiários, as quais darão direito à aquisição de 01 ação a cada opção exercida, mediante o pagamento do preço de exercício fixado nos termos do respectivo Programa. Parte destes beneficiários foram migrados do terceiro e quarto plano, ora cancelados, sendo que para os beneficiários migrados a Companhia reconhece o Valor Justo Incremental Outorgado (VJIO) como parte da quinta outorga do Programa de Opção de Compra de Ações.
As principais premissas utilizadas para o cálculo, a partir do modelo Black & Scholes, estão descritas a seguir:

Lote	**Data da outorga**	**Prêmio estimado**	**Preço de exercício (em reais)**	**Volatilidade esperada (a)**	**Taxa de juros livres de riscos (b)**	**Quantidade de opções outorgadas**	**Valorização das opções (em milhares de reais) (c)**
Primeiro	24/08/2022	0,54	1,22	79,15%	13,25%	558.000	527
Segundo	24/08/2022	0,72	1,22	79,15%	12,07%	558.000	737
Terceiro	24/08/2022	0,85	1,22	79,15%	11,55%	837.000	1.295
Quarto	24/08/2022	0,94	1,22	79,15%	11,50%	837.000	1.433
Total						**2.790.000**	**3.992**

(a) A volatilidade foi calculada a partir do histórico de negociação das ações da Companhia na bolsa de valores B3;
(b) Refere-se à taxa Selic esperada pelo mercado para a data de vencimento de cada lote;
(c) Valor justo do total do plano de opção de compra de ações, obtido a partir da multiplicação do valor justo unitário da opção de compra de ações pela quantidade de ações total do plano.

Sexto programa de opção de compra de ações

Em reunião do conselho de administração realizada em 2 de maio de 2024, foi deliberado o sexto programa de opção de compra de ações da Companhia na forma do plano de outorga de opções aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2020, autorizando a administração da Companhia a celebrar os respectivos contratos de outorga de até 600.000 opções de ações distribuídas aos beneficiários, as quais darão direito à aquisição de 01 ação a cada opção exercida, mediante o pagamento do preço de exercício fixado nos termos do respectivo Programa. As principais premissas utilizadas para o cálculo, a partir do modelo Black & Scholes, estão descritas a seguir:

Lote	Data da outorga	Prêmio estimado	Preço de exercício (em reais)	Volatilidade esperada (a)	Taxa de juros livre de riscos (b)	Quantidade de opções outorgadas	Valorização das opções (em milhares de reais) (c)
Primeiro	02/05/2024	2,57	1,74	61,89%	10,04%	120.000	137
Segundo	02/05/2024	2,57	1,74	61,89%	10,38%	120.000	166
Terceiro	02/05/2024	2,57	1,74	61,89%	10,64%	180.000	284
Quarto	02/05/2024	2,57	1,74	61,89%	10,94%	180.000	312
Total						**600.000**	**899**

(a) a volatilidade foi calculada a partir do histórico de negociação das ações da Companhia na bolsa de valores B3;
(b) refere-se à taxa Selic esperada pelo mercado para a data de vencimento de cada lote; e(c) valor justo do total do plano de opção de compra de ações, obtido a partir da multiplicação do valor justo unitário da opção de compra de ações pela quantidade de ações total do plano

ii) Programas de opção de compra de ações cancelados

Programa	Data da aprovação	Órgão responsável pela aprovação	Data de cancelamento
Segundo	15/03/2021	Conselho de Administração da Companhia	29/10/2021
Terceiro	29/10/2021	Conselho de Administração da Companhia	24/08/2022
Quarto	18/02/2022	Conselho de Administração da Companhia	24/08/2022

Exercício das opções já outorgadas

O exercício de carência das opções outorgadas é conforme a seguir:

5º plano

Lote	Quantidade	Exercício de carência
1º lote	20%	12 meses contados da data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração
2º lote	20%	24 meses contados da data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração
3º lote	30%	36 meses contados da data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração
4º lote	30%	48 meses contados da data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração

6º plano

Lote	Quantidade	Exercício de carência
1º lote	20%	12 meses contados da data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração
2º lote	20%	24 meses contados da data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração
3º lote	30%	36 meses contados da data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração
4º lote	30%	48 meses contados da data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração

Em 31 de dezembro de 2025, o total das despesas reconhecidas para os programas vigentes do plano de remuneração em ações é de R$ 703 (3.287 em 31 de dezembro de 2024). O saldo apresentado está registrado no patrimônio líquido e está classificado na rubrica plano de remuneração em ações.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS

a) Imposto de renda e Contribuição social diferido sobre o prejuízo fiscal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(17.832)	(25.322)	(16.744)	(25.310)
Alíquota nominal de imposto %	34%	34%	34%	34%
Expectativa de ir e csll calculado pela alíquota nominal	6.063	8.610	5.703	8.605
Ajustes para apuração da alíquota efetiva				
Diferido não constituído sobre prejuízo fiscal (i)	(204)	(5.654)	(7.740)	(6.851)
Remuneração em ações	(239)	(1.118)	(239)	(1.118)
Equivalência patrimonial	(6.681)	1.066	1.324	2.429
Despesas não dedutíveis	(115)	(96)	(176)	(111)
Provisão para bônus	399	99	392	183
Outras adições e exclusões	1.821	(1.520)	986	(1.762)
Empresa tributada via lucro presumido	-	-	(264)	-
Total	1.044	1.387	(14)	1.375
Imposto de renda e contribuição social corrente	(180)	-	(1.238)	(12)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.224	1.387	1.224	1.387
Total	**1.044**	**1.387**	**(14)**	**1.375**
Alíquota efetiva	6%	5%	0%	5%

(i) Para os prejuízos fiscais incorridos, a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos que serão reconhecidos no momento que for provável o lucro tributável. O montante acumulado é de R$ 82.267 na controladora e R$ 127.039 no consolidado em 31 de dezembro de 2025.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido sobre valor justo aquisição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social e diferido sobre:		
Diferença temporária sobre valor justo em aquisição	4.634	5.355

21. RECEITA LÍQUIDA

A principal fonte de geração de receitas da Companhia é a intermediação da venda de produtos e, em menor escala, tarifas relacionadas as movimentações do *enjubank* dos usuários e para o período de 2024 anúncios de propaganda veiculados na plataforma (site).
A seguir apresentamos a abertura das receitas brutas tributáveis com as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de intermediação	203.316	178.028	283.966	292.533
Receita de royalties	-	-	647	-
Receita de venda de mercadorias	-	-	3.683	-
Demais receitas (i)	7.541	4.464	7.540	4.502
Impostos sobre as receitas	(22.385)	(19.537)	(31.872)	(31.814)
Total	**188.472**	**162.955**	**263.964**	**265.221**

(i) Receita de tarifas e publicidade.

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Frete e logística	(66.459)	(60.476)	(84.233)	(86.340)
Salários e encargos	(36.216)	(36.043)	(61.871)	(59.760)
Plano de remuneração em ações (i)	(703)	(3.287)	(703)	(3.287)
Taxas de transação	(13.610)	(11.747)	(19.551)	(19.452)
Serviços de tecnologia	(17.152)	(16.663)	(25.761)	(26.619)
Marketing e comunicação	(23.086)	(28.829)	(48.287)	(56.890)
Consultorias e Outsourcing	(5.300)	(8.437)	(8.363)	(11.161)
Provisão para contingências	(1.028)	(108)	(1.241)	275
Despesas com escritório	(1.914)	(2.476)	(3.784)	(3.629)
Depreciação e amortização	(31.766)	(30.202)	(39.553)	(36.089)
Custo da Mercadoria Vendida	-	-	(1.289)	-
Outras (despesas) receitas	(1.639)	(3.454)	(2.341)	(3.971)
Total	**(198.873)**	**(201.722)**	**(296.977)**	**(306.923)**
Custo do serviço prestado	(86.863)	(78.119)	(116.886)	(116.668)
Despesas publicitárias	(23.086)	(28.829)	(48.287)	(56.890)
Gerais e administrativas	(54.501)	(61.009)	(88.686)	(93.739)
Depreciação e amortização	(31.766)	(30.202)	(39.553)	(36.089)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.657)	(3.563)	(3.565)	(3.537)
Total	**(198.873)**	**(201.722)**	**(296.977)**	**(306.923)**

(i) Na controladora as informações do plano de outorga de opção de compra de ações, metodologia de cálculo e principais premissas utilizadas para o registro das despesas relacionadas ao plano de remuneração em ações, estão apresentados na Nota Explicativa nº 19.d).

23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeira				
Rendimento de aplicações financeiras	22.972	23.011	26.211	23.069
Descontos obtidos	58	28	78	42
Outras receitas	369	477	536	473
Total das receitas financeiras	**23.399**	**23.516**	**26.825**	**23.584**
Despesa financeira				
Juros sobre antecipações	(10.624)	(10.196)	(13.596)	(12.948)
Despesas bancárias	(248)	(169)	(276)	(206)
Juros sobre empréstimos	-	-	-	-
Variação cambial passiva	(54)	(60)	(82)	(187)
Juros sobre arrendamento	(153)	(306)	(406)	(575)
Outras despesas	(102)	(203)	(121)	(420)
Total da despesa financeira	**(11.181)**	**(10.934)**	**(14.481)**	**(14.336)**
Resultado financeiro líquido	**12.218**	**12.582**	**12.344**	**9.248**

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.
O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia e suas controladas não possuem operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira. Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores, antecipações de recebíveis e outras contas a pagar.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:
Hierarquia do valor justo

A Companhia e suas controladas usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

			Controladora em 31/12/2025	
Instrumentos Financeiros	Nível	Valor justo	Custo Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2	176.321	-	176.321
Aplicações financeiras restritas	2	17.748	-	17.748
Contas a receber		-	83.593	83.593
Adiantamentos		-	10.524	10.524
Total		**194.069**	**94.117**	**288.186**
Passivos				
Fornecedores		-	23.932	23.932
Arrendamento		-	3.267	3.267
Outras contas a pagar		-	130	130
Partes relacionadas a pagar		-	123	123
Passivo de contratos		-	15.556	15.556
Obrigações com clientes		-	67.947	67.947
Total		**-**	**110.954**	**110.954**

			Controladora em 31/12/2024	
Instrumentos financeiros	Nível	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2	195.443	-	195.443
Contas a receber		-	23.612	23.612
Adiantamentos		-	6.890	6.890
Total		**195.443**	**30.502**	**225.945**
Passivos				
Fornecedores		-	16.152	16.152
Arrendamento		-	4.630	4.630
Partes relacionadas a pagar		-	20.902	20.902
Obrigações com clientes		-	7.792	7.792
Total		**-**	**49.476**	**49.476**

			Consolidado em 31/12/2025	
Instrumentos Financeiros	Nível	Valor justo	Custo Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2	210.352	-	210.352
Aplicações financeiras restritas	2	17.748	-	17.748
Contas a receber		-	83.940	83.940
Adiantamentos		-	11.063	11.063
Total		**228.100**	**95.003**	**323.103**
Passivos				
Fornecedores		-	31.252	31.252
Arrendamento		-	8.872	8.872
Outras contas a pagar		-	2.204	2.204
Passivo de contratos		-	15.624	15.624
Obrigações com clientes		-	67.964	67.964
Total		**-**	**125.916**	**125.916**

			Consolidado em 31/12/2024	
Instrumentos financeiros	Nível	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2	198.800	-	198.800
Contas a receber		-	23.790	23.790
Adiantamentos		-	7.186	7.186
Total		**198.800**	**30.976**	**229.776**
Passivos				
Fornecedores		-	24.829	24.829
Arrendamento		-	11.063	11.063
Partes relacionadas a pagar		-	20.741	20.741
Obrigações com clientes		-	7.792	7.792
Total		**-**	**64.425**	**64.425**

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

b) Fatores de riscos

A Companhia e suas controladas possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.
Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

i) Risco de crédito

Operações fraudulentas
O risco por operações fraudulentas via cartão de crédito é assumido pela Companhia, visto que os pagamentos efetuados com cartão de crédito não possuem verificação de titularidade, por se tratar de transação online. Uma falha no controle adequado de operações fraudulentas de cartão de crédito poderá gerar reembolsos a serem efetuados pela Companhia e suas controladas. No caso de constatação de risco iminente de não realização deste ativo, a Companhia e suas controladas registram provisões para trazê-lo ao seu valor provável de realização.
O percentual médio dessas perdas é de 0,21% sobre as receitas de intermediação e não são considerados relevantes para a Companhia.

Aplicações financeiras
A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras (mantidas como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) no montante de R$ 225.770 mantidos em bancos e instituições financeiras de primeira linha. A Companhia e suas controladas, considera que as aplicações financeiras são de baixo risco com base no ranking de avaliação das instituições financeiras. Não foram identificadas perdas a serem reconhecidas sobre as aplicações financeiras no período findo em 31 de dezembro de 2025.

ii) Risco de mercado

Os negócios da Companhia dependem principalmente de usuários que listam e compram produtos na plataforma online da Companhia. A Companhia e suas controladas dependem principalmente da atividade comercial e financeira que seus usuários geram. A Companhia não escolhe quais itens serão listados, nem estabelece preços ou outras decisões relacionadas aos produtos e serviços comprados e vendidos em sua plataforma.
Portanto, os principais direcionadores dos negócios da Companhia e suas controladas estão fora de seu controle e a Companhia e suas controladas depende da preferência contínua de milhões de usuários individuais por seus serviços online.

Análise de sensibilidade
Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Empresa apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros para as aplicações financeiras contratadas e atreladas a variação do CDI.
A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no

processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da empresa em função da variação de cada risco destacado.
No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia e suas controladas, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras, utilizando fundamentalmente os dados.
O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela Administração da Companhia e suas controladas e suas controladas na gestão financeira.

					Controladora
Instrumento financeiro	**Indexador**	**Taxa de juros a.a.**	**Posição em 31/12/2025**	**Cenário razoavelmente possível**	**Exposição**
Aplicações financeiras	CDI	14,32%	192.555	3,76%	(7.240)
Exposição					**(7.240)**

					Consolidado
Instrumento financeiro	**Indexador**	**Taxa de juros a.a.**	**Posição em 31/12/2025**	**Cenário razoavelmente possível**	**Exposição**
Aplicações financeiras	CDI	14,32%	225.770	3,76%	(8.489)
Exposição					**(8.489)**

25. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são regularmente revistas pela Administração da Companhia e suas controladas para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.
A Administração concluiu que opera um único segmento operacional relevante, de intermediações de negócios, assim, considerou não necessário divulgações adicionais sobre segmentos. A Companhia avaliou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que o segmento de lojas físicas não possui relevância comparado ao principal segmento de intermediações de negócios, e, portanto, não está divulgando segmentos operacionais distintos.
Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por segmento e de acordo com a norma IFRS 8 *International Financial Reporting Standards,* a Administração julga que as operações voltadas para o varejo estão em fase inicial e não atendem os requisitos quantitativos estabelecidos pela norma.

26. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7), item 43, a seguir estão apresentadas as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adição de direito de uso e passivo de arrendamento	252	2.708	559	9.173
Aquisição de participação em coligada	-	20.741	-	20.741
Baixa alienação societária	31.716	-	31.716	-
Total	**31.968**	**23.449**	**32.275**	**29.914**

27. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possui cobertura de seguros de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (“D&O”), visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros, além de empregados da Companhia. O valor total do prêmio do seguro contratado foi de R$ 87, com limite máximo de garantia, no valor de R$ 30.000.
Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação quanto à necessidade de contratação, bem como da adequação das coberturas de seguros e suas premissas.

**

enjoei



RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DE ATIVIDADES E PARECER SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025 DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO ENJOEI S.A.

O Comitê de Auditoria do Enjoei S.A. ("**Companhia**" ou "**Enjoei**") é órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, de funcionamento permanente, instalado em 31 de agosto de 2020, nos termos da Resolução CVM nº 23/2021 ("**Resolução CVM 23**") e do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**Comitê**"). O funcionamento do Comitê teve início em 6 de novembro de 2020, quando da entrada em vigor do Contrato de Participação do Novo Mercado celebrado entre a Companhia e a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

O Comitê é composto por 3 (três) membros, quais sejam a Sra. Helena Turola de Araújo Penna, o Sr. Marco Antônio André Provetti e a Sra. Ana Paula Wirthmann, todos eleitos pelo Conselho de Administração em 02 de maio de 2024 para mandato até a data da primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a Assembleia Geral Ordinária de 2026 que deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Todos os membros são independentes e possuem reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da Resolução CVM 23, sendo certo, ainda, que a Sra. Helena Turola de Araujo Penna é Conselheira Independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

De acordo com seu Regimento Interno, cabe ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, pelo cumprimento de requisitos legais e regulatórios atinentes ao escopo de sua atuação, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente contratadas pela Companhia, assim como pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, nas apresentações efetuadas pelos diretores, pelas áreas de negócios e de suporte, dos auditores independentes, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("**Auditor Independente**") é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras anuais conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e as regras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O Auditor Independente é igualmente responsável pela revisão especial das informações financeiras trimestrais ("**ITR**") enviadas para a CVM. O relatório do Auditor Independente reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da conformidade das demonstrações contábeis do exercício em relação à posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)

emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA EM 2025:

O Comitê se reuniu 12 vezes no período de janeiro de 2025 a dezembro de 2025.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos:

(a) Acompanhamento da evolução dos trabalhos de gestão de riscos, baseado na atualização do mapeamento de riscos realizada pela Companhia e controles internos conduzido pela área de governança;

(b) Validação de escopo e acompanhamento de projetos envolvendo a Auditoria Interna, e avaliação do teor dos relatórios e da consistência dos resultados dos trabalhos;

(c) Acompanhamento da implementação do novo arranjo de pagamentos;

(d) Apreciação do resultado do mapeamento e atualização de controles internos, incluindo testes de desenho *(ToD – Test of Design)*, e endereçamento de planos de ação para fins de melhoria e aprimoramento;

(e) Acompanhamento das atualizações acerca da Reforma Tributária;

(f) Monitoramento dos apontamentos efetuados pelo auditor independente na Carta de Controles Internos (CCI);

(g) Acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras (exercício findo em 31/12/2025) e informações financeiras trimestrais (ITRs de 2025), incluindo o Relatório da Administração e Releases de Resultados, mediante reuniões com a área financeira, administradores e auditores independentes.

(h) Supervisão das atividades dos auditores independentes, avaliando a independência, a qualidade e a adequação dos serviços, bem como dos procedimentos executados e suas conclusões.

CONCLUSÃO E PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025:

Os membros do Comitê de Auditoria do Enjoei, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório preliminar do Auditor Independente e do relatório anual da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Tomando em conta as informações prestadas pela administração da Companhia e pelo Auditor Independente, e após discussões, opinaram, por unanimidade, sem qualquer ressalva, que referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 19 de março de 2026

Helena Turola de Araújo Penna

Coordenadora do Comitê de Auditoria do
Enjoei S.A.

Marco Antônio André Provetti

Membro do Comitê de Auditoria do

Enjoei S.A.

Ana Paula Wirthmann

Membro do Comitê de Auditoria do

Enjoei S.A.

Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em cumprimento às disposições constantes na Resolução CVM 87/22, os Diretores do Enjoei S.A. (“Companhia”) declaram que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressada no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., emitido em 24 de março de 2026, sobre às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2025.

São Paulo, 24 de março de 2026.

Tiê Lima

Diretor Presidente Executivo

Leandro Mota Marchesi

Diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidor

Angela Aparecida Ferrante

Diretora de Controladoria

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento às disposições constantes Resolução CVM 87/22, os Diretores do Enjoei S.A. ("Companhia") declaram que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressada no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., emitido em 24 de março de 2026, sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2025.

São Paulo, 24 de março de 2026.

Tiê Lima

Diretor Presidente Executivo

Leandro Mota Marchesi

Diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidor

Angela Aparecida Ferrante

Diretora de Controladoria